



**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM  
ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE OU CONCOMITANTE  
AO ENSINO MÉDIO**

**São Paulo - Pirituba**

**Novembro / 2016**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Michel Temer

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

José Mendonça Bezerra Filho

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- SETEC**

Marcos Antônio Viegas Filho

**REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

Eduardo Antônio Modena

**PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Whisner Fraga Mamede

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Fernandes Júnior

**PRÓ-REITOR DE ENSINO**

Reginaldo Vitor Pereira

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Elaine Inácio Bueno

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

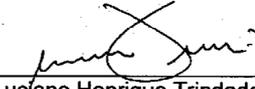
Wilson de Andrade Matos

**DIRETORA GERAL DO CÂMPUS**

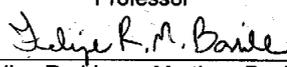
Cynthia Regina Fischer

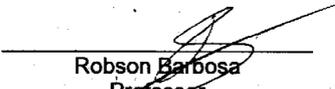
## RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

Foram responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, os seguintes servidores:

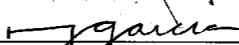
  
\_\_\_\_\_  
Luciano Henrique Trindade  
Coordenador de Curso

\_\_\_\_\_  
Fernando Luis Rossi  
Professor

  
\_\_\_\_\_  
Felipe Rodrigues Martinez Basile  
Professor

  
\_\_\_\_\_  
Robson Barbosa  
Professor

  
\_\_\_\_\_  
Hania Cecilia Rilan  
Diretora-adjunta Acadêmica

  
\_\_\_\_\_  
Jaik Garcia dos Santos  
Técnico em assuntos Educacionais

**Colaboraram com a elaboração deste projeto os professores:**

- CYNTHIA REGINA FISCHER
- FRANCISCO MANUEL FILHO
- CLAUDIA ALMERINDO DE SOUZA OLIVEIRA
- PATRÍCIA CRISTIANE SANTANA DA SILVA
- ROBSON BARBOSA
- RODOLFO BUTCHER

## SUMÁRIO

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO	3
1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
2. IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS	8
3. MISSÃO	9
4. CARACTERIZAÇÃO EDUCACIONAL	9
5. HISTÓRICO INSTITUCIONAL	9
6. HISTÓRICO DO CÂMPUS E CARACTERIZAÇÃO regional	11
7. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO	18
7.1 DEFINIÇÃO DO EIXO TECNOLÓGICO E CURSOS OFERTADOS	19
8. OBJETIVO GERAL	21
8.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	23
10. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	24
11. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	24
11.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	26
12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	38
12.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	43
12.2 ESTRUTURA CURRICULAR	44
12.3 ITINERÁRIO FORMATIVO	45
12.4 PLANOS DE ENSINO	47
12.5 ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	65
13. METODOLOGIA	66
14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	69
15. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	71

16. ATIVIDADES DE PESQUISA	74
17. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	75
18. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	76
19. APOIO AO DISCENTE	77
19.1. CONSELHO DE CLASSE	80
19.2. ABONO DE FALTAS E REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES	81
20. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	83
21. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	84
22. PROJETO INTEGRADOR	84
23. AÇÕES INCLUSIVAS	88
24. CERTIFICADOS E DIPLOMAÇÃO	90
25. PESSOAS E RECURSOS	90
25.1 COORDENADOR DE CURSO	91
25.2 SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS	91
25.3 CORPO DOCENTE	92
25.4 BIBLIOTECA	93
25.5 INFRAESTRUTURA	95
25.6 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	97
26. ACESSIBILIDADE	98
27. REFERÊNCIAS	99

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**NOME:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**SIGLA:** IFSP

**CNPJ:** 10.882.594/0001-65

**NATUREZA JURÍDICA:** Autarquia Federal

**VINCULAÇÃO:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

**ENDEREÇO:** Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/Capital

**CEP:** 01109-010

**TELEFONE:** (11) 3775-4502 (Gabinete do Reitor)

**FACSÍMILE:** (11) 3775-4501

**PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:** <http://www.ifsp.edu.br>

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** gab@ifsp.edu.br

**DADOS SIAFI:** UG: 158154

**GESTÃO:** 26439

**NORMA DE CRIAÇÃO:** Lei nº 11.892 de 29/12/2008

**NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO:** Lei nº 11.892 de 29/12/2008

**FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE:** Educação

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

CÂMPUS: São Paulo - Pirituba

SIGLA: IFSP/PTB

CNPJ: 10.882.594.0033-42

ENDEREÇO: Av. Mutinga, 951 – Pirituba

CEP: 05110-000

TELEFONES (11) 98614-0334

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: [www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [ptb.ifsp.edu.br](mailto:ptb@ifsp.edu.br)

DADOS SIAFI: UG: 158750

GESTÃO: 26439

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Diário Oficial da União, 10 de maio de 2016. Portaria nº378, de 09 de maio de 2016.

### 3. MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

### 4. CARACTERIZAÇÃO EDUCACIONAL

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos com a ciência, com a técnica, com a cultura e com as atividades produtivas. Esse tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez mais definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano. Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo, como consta no PDI.

### 5. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O primeiro nome recebido pelo Instituto foi o de Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Criado em 1910, inseriu-se dentro das atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito. Os primeiros cursos oferecidos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da Instituição foi alterado para Liceu Industrial de São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-

Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Com um Decreto posterior, o de nº 4.127, também de 1942, deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando à oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos.

Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Posteriormente, em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

Por sua vez, a denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após 23 anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas (UNEDs), sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho.

Já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na Unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O CEFET-SP transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.

Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica, Escola Técnica Federal e CEFET), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP contribui para o enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo e para o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada câmpus. Atua também na pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e na democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

## 6. HISTÓRICO DO CÂMPUS E CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

O **Câmpus São Paulo - Pirituba** (PTB) faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Está localizado na região noroeste do município de São Paulo do Estado de São Paulo que abrange as regiões de Pirituba, Jaraguá, São Domingos, Freguesia do Ó, Vila Brasilândia, Anhanguera e Perus, englobando cerca de 1 milhão de habitantes. A abrangência do Câmpus se estende também para os municípios vizinhos de Caieiras, Osasco e Barueri.

O **Câmpus São Paulo - Pirituba** foi instalado em um terreno de aproximadamente 67.297,31 metros quadrados. Este terreno foi concessão administrativa de uso por 90 anos, a título gratuito, pela Prefeitura do Município de São Paulo através da Lei Municipal nº 15.686 de 26 de março de 2013, editada no processo administrativo 2012-0.272.628-0.

Para a definição dos eixos tecnológicos do câmpus foi determinado a realização de quatro audiências públicas, sendo que as três primeiras audiências foram para a consulta pública e a última para dar um retorno e divulgar os eixos tecnológicos e os cursos definidos. As três primeiras audiências públicas que

definiram os eixos tecnológicos do Câmpus foram realizadas em 14 e 28 de novembro de 2015 nos bairros de Pirituba e Perus, respectivamente e a terceira foi realizada em 12 de dezembro de 2015, no bairro da Brasilândia. A última audiência pública, com o objetivo de divulgar o resultado final das audiências à população do entorno do Câmpus Pirituba, foi realizada em 25 de junho de 2016 no próprio câmpus. As atividades letivas com cursos de Formação Inicial e Continuada tiveram início no 2º semestre de 2016; já os cursos regulares têm início previsto para o 1º semestre de 2017.

A **Cidade de São Paulo** é a maior cidade do país, com área de 1525 km<sup>2</sup> e mais de **11,5 milhões de habitantes** (SEADE, 2015), desconsiderando-se a grande São Paulo. É a cidade mais rica do Brasil, quarta maior no mundo, onde setores de indústria, serviços e comércios propiciam um vasto campo de atuação e empregabilidade, oferecendo mais de 5 milhões de postos de trabalho (SEADE, 2015).

O Noroeste paulista, como dissemos, é a área de influência do Câmpus Pirituba e abrange as regiões de Pirituba, Jaraguá, São Domingos, Freguesia do Ó, Vila Brasilândia, Anhanguera e Perus.

Pirituba, Jaraguá e São Domingos

A região de Pirituba, Jaraguá e São Domingos, tem uma população de aproximadamente 437 mil habitantes, em uma área de 54,7 km<sup>2</sup>.

**Pirituba** está localizada na zona norte/noroeste da cidade. Sua origem no século XIX deve-se à existência de grandes fazendas de café, sendo as principais: a fazenda Barreto, de propriedade do médico resendense Luiz Pereira Barreto, a Fazenda do brigadeiro Tobias e a Fazenda Jaraguá. Com grande influência política dos fazendeiros e a grande importância do café, construíram a estação para receber os carregamentos que se destinavam ao porto de Santos.

O nome de Pirituba é o resultado da palavra "piri", que significa vegetação de brejo e com o aumentativo "tuba", que na língua tupi significa "muito". Pirituba tem como referência histórica a inauguração da Estação de Trem em 01 de fevereiro de 1885.

A Fazenda Barreto, com a morte do seu proprietário em 1922, foi partilhada entre seus herdeiros, que as lotearam e que somadas ao núcleo inicial que se desenvolveu ao lado da estação, vieram a se constituir no núcleo principal de desenvolvimento do bairro.

O **Parque São Domingos** tem sua origem nas fazendas do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso, que cultivava cereais, café e chá. Com a morte do coronel em 1839, seus descendentes venderam, em 1856, a fazenda ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e a sua mulher Domitila de Castro, a marquesa de Santos.

Em 1917 a Companhia Armour do Brasil compra as fazendas Anastácio e Capuava. A partir de 1950, parte das terras são loteadas pela Novo Mundo Investimentos Ltda, que as adquiriu da Cia Armour, dando origem ao Parque São Domingos. O nome do bairro é em homenagem ao santo católico, São Domingos Sávio.

**Jaraguá**, na língua Tupi significa Gruta do Senhor, Guarda do Vale ou Senhor dos Vales. Abriga, além do pico, a estação de trem do Jaraguá que foi aberta em 1891 com o nome de Taipas. Posteriormente teve o nome alterado para Jaraguá.

As primeiras referências históricas da região datam do início do século XVI, quando Martim Afonso de Souza colheu informações sobre os recursos naturais e minerais da região.

Os bairros surgem do desmembramento da Fazenda Jaraguá, que contou com diversos proprietários ao longo dos anos. Em 1939 a fazenda, onde se encontra o morro do Jaraguá, é adquirida pelo governo do Estado. Cria-se em 1961 o Parque Estadual do Jaraguá, ponto turístico da cidade. Em abril de 2015, parte da região do Parque passa a ser reserva indígena.

#### Freguesia do Ó e Brasilândia

A região de **Freguesia do Ó e Brasilândia** tem uma população de aproximadamente **407 mil habitantes**, em uma área de **31,5 km<sup>2</sup>**.

A **Freguesia do Ó** é a única região que conserva em seu nome a denominação antiga para "bairro". A Freguesia do Ó, um dos bairros mais antigos de São Paulo, completou dia 29 de agosto de 2015, 435 anos em grande estilo. O bairro ainda guarda várias características do século passado como árvores centenárias,

construções antigas e o Largo da Matriz, localizado em uma das colinas da Freguesia, onde desde 1901 está a bela Igreja de Nossa Senhora do Ó.

O bairro iniciou sua história em 1580 quando o bandeirante português Manoel Preto construiu a sede de sua fazenda próxima as margens do rio Tietê. Da Freguesia do Ó, mais precisamente do Largo Velho da Matriz saíam diversas expedições de bandeirantes rumo ao interior. Com o passar dos anos a Freguesia foi se desenvolvendo, mas sem perder as características de uma tranquila cidade do interior.

O Distrito da **Brasilândia** teve seu início na década de 30, quando alguns sítios e chácaras de cana de açúcar foram se transformando em núcleos residenciais, na zona norte da cidade de São Paulo. Na época o comerciante Brasília Simões liderou a comunidade para a construção da Igreja de Santo Antônio, em substituição à antiga capela existente. Por isso, o comerciante teve o seu nome empregado na denominação do bairro, em reconhecimento ao feito.

O bairro também recebeu um grande fluxo de migrantes do nordeste do país, que fugiam da seca em seus estados nas décadas de 50 e 60, além de famílias vindas do interior do estado, em busca de oportunidades de trabalho.

A Brasilândia foi loteada em 1946 pela família Bonilha, que era proprietária de uma grande olaria na região. Embora não fossem dotados de qualquer infra-estrutura, os terrenos eram adquiridos com grandes facilidades de pagamento, inclusive com a doação de tijolos para estimular a construção das casas.

Outro elemento incentivador da ocupação do bairro foi a instalação da empresa Vega-Sopave que, ao instalar sua sede na Brasilândia, oferecia moradia a seus empregados, o que trouxe um considerável número de famílias para a região.

#### Perus e Anhanguera

A região de **Perus e Anhanguera** tem uma população de aproximadamente **146 mil habitantes**, em uma área de **57,20 km<sup>2</sup>**.

O bairro de **Perus** está localizado na zona noroeste da cidade de São Paulo por onde passam duas importantes rodovias: a Bandeirantes e a Anhanguera, e faz parte do antigo caminho para a região de Campinas e Jundiaí. Faz divisa com os municípios de: Caieiras, Cajamar, Osasco, e recentemente com a ligação do

Rodoanel Mário Covas, pelo trecho Oeste, a rodovia ativou uma divisa com o município de Barueri, esta que era existente, porém sem acesso viário. Perus também possui o maior parque municipal de São Paulo, o Parque Anhanguera.

A história mais conhecida sobre o nome de Perus é a de Dona Maria que servia refeição de qualidade para os tropeiros que passavam na região, tornando-se famosa entre eles. Por criar perus ela passou a ser chamada de Maria dos Perus. Servia de referência na região "Vou lá onde tem a D. Maria dos perus"... "vou onde tem perus"... "vou na fazenda dos perus"... "vou lá em perus". Outra história, segundo a língua tupi-guarani, o nome "Perus" foi uma justaposição e modificação do real nome "PI-RU", que traduzido, significa pôr-se apertado, à força.

Perus tornou-se um distrito do município de São Paulo, reconhecido pela Câmara Municipal, em 21 de setembro de 1934, desmembrado do então sub-distrito de Nossa Senhora do Ó, ao qual ficou dependente até o ano de 1867. Até porque, boa parte dos bairros da chamada Zona Norte 1, ou Zona Noroeste, eram pertencentes ao distrito de Nossa Senhora do Ó. Em 1948, parte de seu território serviu para a formação do novo distrito do Jaraguá. Atualmente fazem parte da região de Perus mais de 45 bairros, chamados também de "Vilas". É inconcebível falar do distrito de Perus, sem citar o nome da vila a qual está se referindo, falar apenas "moro, conheço, trabalho em Perus", fica vago, diante da sua dimensão.

**Mineração** - A busca de ouro foi tema recorrente durante os primeiros estágios da ocupação portuguesa do Brasil, assim o ouro encontrado em 1590 no Pico do Jaraguá e no Córrego Santa Fé - cujas nascentes situam-se na encosta da montanha, atraiu exploradores para a região. O impacto do mito que se criaria acerca do ouro de Jaraguá foi tamanho que, em 1839, o reverendo metodista Daniel Parish Kidder anotava que as velhas minas de ouro do Jaraguá foram as primeiras descobertas no Brasil. Produziram muito durante a primeira metade do século dezessete, e as grandes quantidades de ouro de lá canalizadas para a Europa granjearam para a região o cognome de segundo Peru, em alusão ao país sul americano que foi imensamente explorado pelos colonizadores espanhóis.

De longa data, há registros históricos sobre Perus. No século XVII, existiram em sua área a Fazenda dos Pires, propriedade de Salvador Pires Medeiros, capitão da gente de São Paulo, dedicada à produção vinícola; e a Fazenda Ajuá, pertencente

ao paulista Domingos Dias da Silva, tida como uma das maiores fazendas de cereais nas cercanias da Capital no começo do século seguinte. Em 1856, o Registro Paroquial de Nossa Senhora do Ó assinalava dezessete proprietários de terras no "Bairro do Ajuá", antigo nome de Perus. Em 1867, os grandes proprietários eram Antonio Francisco de Aguiar e Castro, Candido da Cunha Brito, o Coronel Luiz Alves de Almeida, Hedwiges Dias de Oliveira (antigo nome da R. Crispim do Amaral) e Jesuino Afonso de Camargo, nome de outra rua em Perus.

Nesse mesmo ano (1867), junto com o restante da São Paulo Railway (atual CPTM – linha 7 Rubi), foi inaugurada a Estação de Perus, dando início a um processo de urbanização do Vale cujos grandes marcos foram a Companhia Melhoramentos de São Paulo (1890), o Hospital Psiquiátrico do Juquery e sua Fazenda (1898), a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP, 1910) e a Fábrica de Pólvora erguida a uns duzentos metros da Estação de Perus, da qual restam alicerces. Nos primeiros anos da República, junto com a Ipanema, esta fábrica foi a principal fornecedora de munição para o sistema de defesa do Porto de Santos.

Perus também abrigou em seu território, a primeira fábrica de cimento do país, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1926 - 1980), que produzia o mais denso e original cimento, porém, depois de muitos protestos, a fábrica fora desativada, por pressão popular.

Outro aspecto importante é Perus ter a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, esta que encontra-se desativada, mas existe projetos de reativação da mesma, tanto que o Condephaat já determinou a região da Estrada de Ferro como Patrimônio Histórico. Várias empresas e empresários contribuem para a reativação, dentre elas a CPTM, que tem um projeto de turismo na região.

O bairro de Anhanguera tem uma área aproximada de 33,0 km<sup>2</sup> e aproximadamente 65 mil habitantes.

A região possui escolas técnicas e faculdades, além de hospitais e centros de saúde, considerada uma cidade com grande qualidade de vida para se residir.

A presença do IFSP em Pirituba permitirá a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região, por meio de educação gratuita e de qualidade.

## A Região de Pirituba abrange:

Subprefeituras	Distritos	Área (km <sup>2</sup> )	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km <sup>2</sup> )
	Brasilândia	21,00	264.918	12.615
	Freguesia do Ó	10,50	142.327	13.555
	TOTAL	31,50	407.245	12.928
Perus	Anhanguera	33,30	65.859	1.978
	Perus	23,90	80.187	3.355
	TOTAL	57,20	146.046	2.553
Pirituba	Jaraguá	27,60	184.818	6.696
	Pirituba	17,10	167.931	9.821
	São Domingos	10,00	84.843	8.484
	TOTAL	54,70	437.592	8.000

Fonte: SEADE (2015)

Segundo a Prefeitura do Município de São Paulo (2010) e a Fundação SEADE (2015), a população do Noroeste Paulista é de cerca de 1 milhão de pessoas, distribuídos em uma área de 143,4 Km<sup>2</sup>, com densidade média de 8.000,00 hab./Km<sup>2</sup>. A maior parte da população vive em área urbana, com uma taxa de urbanização média de 98,00%. Pirituba é uma região que está se fortalecendo como novo polo econômico (SEADE 2015).

## 7. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

O desafio de expansão da Rede Federal de Ensino em São Paulo busca suprir uma deficiência histórica em relação à demanda por ensino básico, técnico e tecnológico, principalmente em relação à interiorização das unidades de ensino no referido estado.

No Brasil é real a necessidade por profissionais da Administração, e no Aglomerado Urbano de São Paulo - Pirituba não é diferente. A região se caracteriza por apresentar promissoras perspectivas econômicas, com empreendimentos de diversos ramos da economia em franco crescimento, como a instalação de diversos Centros de Distribuição de produtos, o que amplia as possibilidades de aumento da demanda por esses profissionais na região.

Ademais, na atual configuração do mundo do trabalho, busca-se um profissional de formação flexível, que consiga adequar-se a situações contingentes em ambientes conflitantes e que tenha um conhecimento mais amplo e contextualizado da realidade.

Para tanto, as instituições de educação profissional, particularmente os institutos federais, necessitaram reestruturar suas práticas a fim de atender às exigências do mercado e retroalimentá-lo. E na busca de uma educação de qualidade, procurando atender às necessidades do processo produtivo local e regional, foi assim formatado o curso Técnico em Administração na modalidade presencial, com a proposta de ser sediado no IFSP, Câmpus São Paulo - Pirituba, mas que contemplará, também, as demandas dos bairros e municípios circunvizinhos. Na propositura de que o curso de Administração não traz apenas reflexos e benefícios para aqueles que pretendem atuar como profissionais no setor, mas abre também perspectivas de trabalho para a comunidade em geral, colocando a serviço da sociedade, profissionais qualificados, o curso será oferecido na forma integrada ao ensino médio, o que garantirá aos alunos a qualidade necessária ao exercício da profissão e à continuidade dos estudos. A estrutura curricular do projeto ora apresentado atende ao proposto no Catálogo de Cursos Técnicos do Ministério da

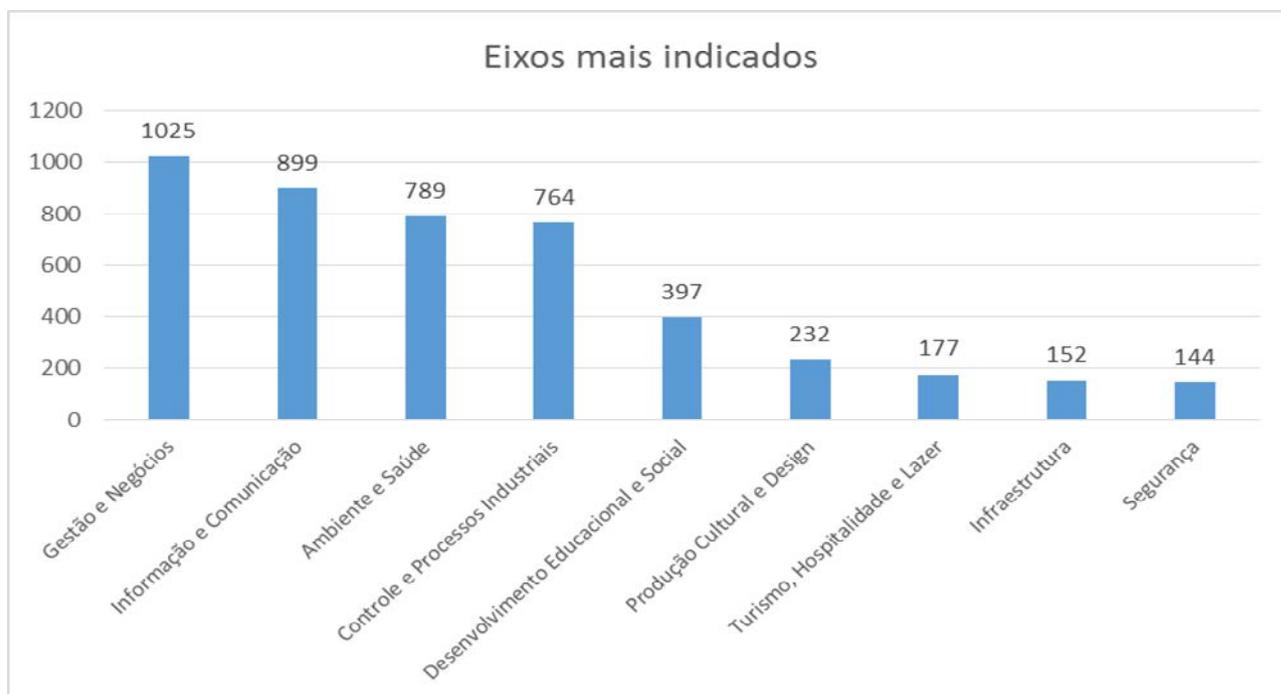
Educação (MEC), o qual insere o curso Técnico de Administração ao eixo tecnológico Gestão e Negócios e, ao proposto na legislação pertinente à oferta dos cursos técnicos, conforme explicitado posteriormente.

Outrossim, buscando atender ao contexto de expansão da rede federal da educação profissional e tecnológica, a implantação do curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio justifica-se pela proposta de formação de um profissional que atue nas empresas industriais, comerciais, de serviços e do agronegócio, em qualquer ponto da cadeia Administração e de suas funções, de forma a planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar os aspectos relacionados à administração, aos procedimentos de movimentação, distribuição, transporte e armazenamento, além das relações interpessoais dos agentes nas organizações.

## 7.1 DEFINIÇÃO DO EIXO TECNOLÓGICO E CURSOS OFERTADOS

A opção pelo curso de Técnico em Administração no Câmpus Pirituba foi feita nas audiências públicas realizadas na região, como já informado, com representantes da comunidade, do comércio, da indústria e instituições de ensino, tendo também participação das Subprefeituras e da Diretoria Regional de Educação. Abaixo segue gráfico que demonstra os resultados obtidos.

Gráfico 1: Eixos mais indicados nas audiências públicas do campus Pirituba



OBS: Fonte – Dados da pesquisa

Como a região de Pirituba e do Noroeste da cidade de São Paulo vem apresentando um crescimento em diversos setores, e tem por plano regional estratégico das subprefeituras da região várias linhas de atuação como especificado acima, percebe-se inúmeros investimentos nos últimos anos, objetivando gerar empregos diretos e indiretos. Com todos esses investimentos será crescente a demanda por profissionais com formação adequada para atuação nessas diversas áreas.

Nesse cenário, acredita-se que o estudante egresso do curso Técnico em Administração do Câmpus Pirituba vem atender a demanda por profissionais capacitados a exercer essa atividade na região. A estrutura curricular apresentada nesse Projeto Pedagógico propiciará ao profissional formado, competências gerais e específicas desta área técnica.

Outra justificativa importante de se ressaltar é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seus artigos 35 a 37 estabelece que os alunos egressos do ensino fundamental, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto,

tenham a possibilidade de acesso à Educação Profissional, como forma de capacitação.

## 8. OBJETIVO GERAL

O objetivo do curso é a formação de profissionais e cidadãos técnicos de nível médio integral, valorizando a sua atuação na sociedade de forma técnica, ética e política, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um perfil de profissionais críticos e comprometidos com o bem coletivo, conforme exposto no Art. 7º. da lei 11.892.

### 8.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são definidos de forma a garantir uma formação integrada concomitante ao ensino médio (etapa final da Educação Básica) e o ensino profissional, evidentemente incluída a preparação para o trabalho preconizada na legislação. Estão alinhados diretamente ao conteúdo das áreas da base nacional comum (Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas), bem como ao perfil profissional do técnico em Administração, contido no Eixo Tecnológico “Gestão e Negócios”. Dentre os objetivos específicos, o curso Técnico de Nível Médio com habilitação profissional em Administração constam:

1. Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade, a partir do domínio e uso das diferentes linguagens, de forma a construir e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artístico-culturais;
2. Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às

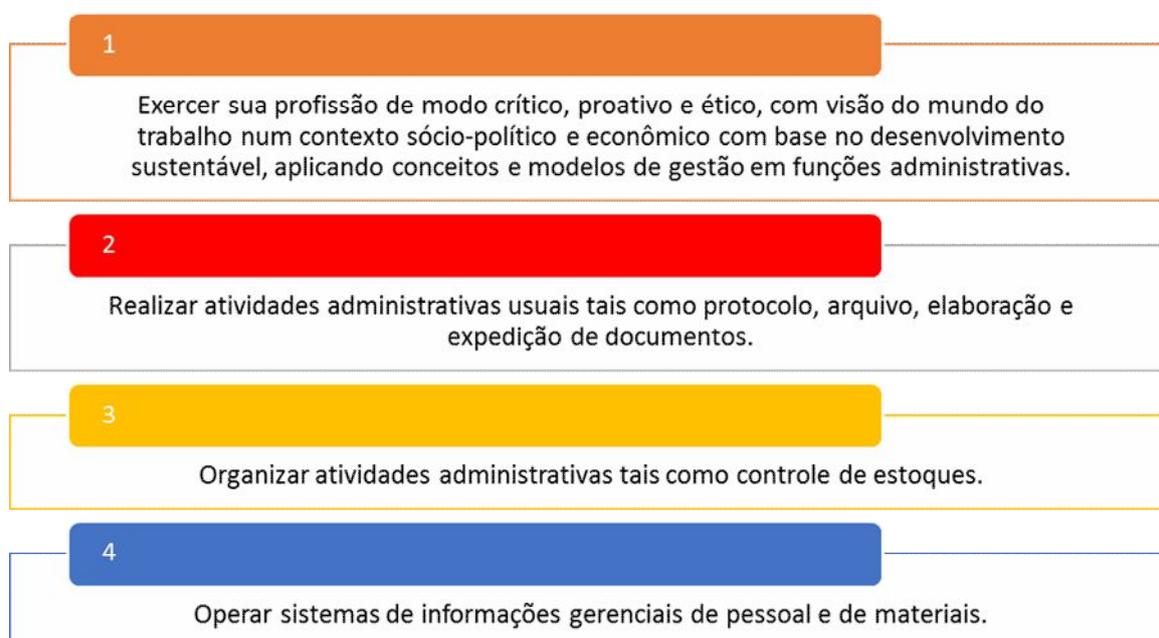
necessidades do mundo do trabalho, respeitando os valores humanos, preservando o meio ambiente e considerando a diversidade sociocultural;

3. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões, enfrentar situações problema e construir argumentação consistente, de forma, também, a propiciar a aquisição de conhecimentos de base científica, técnica e humanista, direcionados para o eixo de Gestão e Negócios, na área de Administração;

4. Ter iniciativa, responsabilidade e espírito empreendedor, exercer liderança, saber trabalhar em equipe, respeitando a diversidade de ideias, agindo de forma ética e visando ao exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, além de promover uma visão holística do sistema logístico, possibilitando o planejamento, o acompanhamento e a execução de serviços, a curto, médio e longo prazo.

## 9. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A terceira edição do Catálogo Nacional do Ensino Médio (MEC, 2016) propõe como perfil profissional de conclusão para o Técnico em Administração que o egresso execute operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais. Desta forma, o egresso do Curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio será um profissional habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas, para:



**Figura 3:** Relação (em cores) entre os componentes curriculares obrigatórios e o perfil do egresso.



## 10. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso ao curso será por meio do Processo Seletivo Público, definido por edital específico, de responsabilidade do Instituto Federal de São Paulo e processos seletivos para vagas remanescentes, por meio de edital específico, a ser publicado pelo IFSP no endereço eletrônico institucional do câmpus. Outras formas de acesso previstas são: re-opção de curso, transferência interna e externa, *ex-officio* ou outras formas definidas pelo IFSP por meio de edital específico.

Para o acesso ao Curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, o estudante deverá ter concluído o Ensino Fundamental e estar cursando pelo menos o segundo ano do Ensino Médio. Serão ofertadas 40 vagas semestrais, no período noturno.

De acordo com a Lei nº 12.711/2012, serão reservadas, no mínimo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escola pública. Dentre estas, 50% serão reservadas para candidatos que tenham renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). Das vagas para estudantes egressos do ensino público, os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas preencherão, por curso e turno, no mínimo, percentual igual ao dessa população, conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado de São Paulo, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29/08/2012.

## 11. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

O currículo do curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio desenvolver-se-á de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do eixo de gestão e negócios, atendendo ao número regulamentar de horas de formação profissionalizante.

Quanto ao rendimento escolar, a verificação se dará Conforme a Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, segundo a qual o rendimento escolar deverá ser avaliado de forma contínua e cumulativa, “com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, garantindo ao aluno processos de estudos de recuperação, quando identificado baixo rendimento escolar. Deve-se observar a coerência dos processos de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos, previsto no artigo 41 da LDBEN, em consonância com o Parecer CNE – CEB n.o 40 / 2004. Também de acordo com a LDBEN, assim como com o Decreto nº 5.296/2004, será garantido o atendimento educacional aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Dessa forma, depreende-se que, ao final da Escola Básica, os alunos devem demonstrar capacidade de expressão em diferentes linguagens, de compreensão de fenômenos de natureza diversa, de argumentação analítica e de elaboração de sínteses que conduzam à tomada de decisões, de referenciar-se aos conteúdos disciplinares em múltiplos contextos, mas também de ultrapassagem de todos os contextos específicos, valorizando-se a imaginação criadora. Tais competências gerais, além de constituírem condição de possibilidade do prosseguimento dos estudos, são essenciais para uma inserção qualificada em qualquer setor da atividade humana.

A ratificação dessas propostas, bem como os parâmetros que devem orientar a organização do cursos técnicos profissionalizantes estão contemplados na LDB, conforme segue:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

No caso específico do mundo do trabalho, uma boa formação profissional pressupõe, no mundo atual, uma sintonia fina com o desenvolvimento das competências pessoais anteriormente referidas.

## 11.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

### **Parâmetros legais comuns aos cursos de Educação Básica**

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)

Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002 – Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002), para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>

Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>

Decreto nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da

Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015 - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal Educação

Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em [http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/pdf/port\\_818.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_818.pdf)

Portaria nº25, de 13 de agosto de 2015- Define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em [http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/pdf/port\\_25.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_25.pdf)

### **Parâmetros curriculares comuns aos cursos de Educação Básica**

a) Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)

Parecer CNE/CP, n. 3, de 10 de março de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

b) Educação Ambiental

Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)

Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)

#### c) Educação em Direitos Humanos

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)

#### d) Educação alimentar e nutricional

Lei nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178–36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)

Resolução /CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000038&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2008&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2008&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)

e) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)

f) Educação para o trânsito

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm)

g) Estágio Curricular Profissional Supervisionado

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Inclui texto Resolução CNE/CEB nº 2/2005. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_04.pdf)

Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 – Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004 até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb002\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb002_05.pdf)

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)

Parecer nº 35, aprovado em 5 de novembro de 2003 - Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35\\_03.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf)

## 1.2. Parâmetros legais específicos dos cursos técnicos de nível médio

Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica de Nível Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)

Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)

Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de dezembro de 2014 - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos

termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category\\_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192)

1.2.1. Parâmetros legais específicos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM (Cadernos). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>

Lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003 - Altera a redação do art. 26, que dispõe sobre a Educação Física no projeto pedagógico da escola e altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm)

Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005 - Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm)

Parecer CNE/CEB nº38/2006, de 7 de julho de 2006 - Dispõe sobre a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf)

Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)

Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da Arte. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm)

Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192)

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category\\_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192)

Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014 - Acrescenta o § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm)

Parâmetros legais específicos dos cursos de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional

Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 - Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e dá outras providências.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)

Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base, 2006. Disponível no link: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)

Parecer CNE/CEB nº 11, aprovado em 10 de maio de 2000 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf)

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

Parecer CNE/CEB nº 36/2004, aprovado em 07 de dezembro de 2004 - Aprecia a Indicação CNE/CEB 3/2004, que propõe a reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb036\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb036_04.pdf)

### 1.3.1. Formação técnica

Parecer CNE/CEB nº 20, aprovado em 15 de setembro de 2005 - Trata da inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20_05.pdf)

Parecer CNE/CEB nº 29, aprovado em 5 de abril de 2006 - Reexamina o Parecer CNE/CEB nº 36/2004, que aprecia a Indicação CNE/CEB nº 3/2004, propondo a reformulação da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (Aguardando homologação). Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14346-pceb029-06&category\\_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14346-pceb029-06&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192)

Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA e a Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10162-3-resolucao032010cne&category\\_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10162-3-resolucao032010cne&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192)

Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014 – Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm)

## **ORIENTAÇÕES E NORMAS INSTITUCIONAIS**

Resolução nº 871, de 04 de junho de 2013 – Regimento Geral (Atualizada pela Resolução nº7, de 04 de fevereiro de 2014). Disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/component/search/?searchword=regimento+geral&ordering=&searchphrase=all>

Resolução nº 872, de 04 de junho de 2013 – Estatuto do IFSP (Atualizada pela Resolução nº8, de 4 de fevereiro de 2014). Disponível em

<http://www.ifsp.edu.br/index.php/component/search/?searchword=estatuto&ordering=newest&searchphrase=all&limit=50>

Resolução nº 866, de 04 de junho de 2013 – Projeto Pedagógico Institucional.

Resolução nº 859, de 07 de maio de 2013 – Organização Didática (Alterada pela Resolução nº25, de 11 de março de 2014, pela Resolução nº 39, de 02 de junho de 2015 e pela Resolução nº94, de 29 de setembro de 2015).

Resolução nº 26, de 11 de março de 2014 – Delega competência ao Pró-Reitor de Ensino para autorizar a implementação de atualizações em Projetos Pedagógicos de Cursos pelo Conselho Superior.

Resolução nº 40, de 02 de junho de 2015 – Aprova diretrizes para os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA no IFSP.

Resolução nº 22, de 31 de março de 2015 – Define os parâmetros de carga horária para os cursos técnicos, PROEJA e de Graduação do IFSP.

Portaria nº. 1204, de 11 de maio de 2011 - Aprova o Regulamento de Estágio do IFSP.

Nota Técnica nº 001/2014 – Recuperação contínua e Recuperação Paralela.

Instrução normativa nº 3, de 04 de maio de 2015 – Dispõe sobre a Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de cursos de Educação Básica do IFSP e suas atividades.

Memorando nº 16, de 26 de janeiro de 2015 – Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Memorando Circular nº 03, de 07 de abril de 2015 – Utilização da Nuvem IFSP para tramitação de Projetos Pedagógicos de Curso

Memorando Circular nº 04, de 15 de abril de 2015 – Orientações relativas às Análise Técnico-Pedagógicas (ATPs) dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs)

Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica. Publicado em maio de 2015.

## 12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, incluindo suas alterações posteriores, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP, partindo de uma visão holística e integral de desenvolvimento e formação do educando, com ênfase na preparação e qualificação para o trabalho e para exercício da cidadania.

Especificamente, a organização do currículo do curso de Técnico (de nível médio) em Administração, cuja denominação está de acordo com o especificado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio e com o Código Brasileiro de Ocupações, considerou o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio (Resolução CNE-CEB nº 06/2012 – art. 13 e Parecer CNE-CEB nº 11/2012), e, por outro lado, buscando alinhamento e a integração com o ensino médio que alunos poderão estar cursando em concomitância, a citada organização curricular também atende ao disposto nas Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE-CEB nº 04/2010) e nas Diretrizes Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE-CEB nº 02/2012 – Título II, Capítulo I).

Assim, a estruturação do curso técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico Gestão e Negócios, considera:

- A matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso;
- O núcleo politécnico comum correspondente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do curso no sistema de produção social;

- Os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo do curso técnico de nível médio em Administração, de acordo com suas especificidades, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão;
- A pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;
- A atualização permanente dos cursos e seu currículo, estruturado em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes.

Além do exposto, o currículo do curso apresenta-se estruturado em módulos articulados, com terminalidade correspondente à qualificação profissional de nível técnico identificada no mercado de trabalho, os quais, por meio de atividades formativas, integram a formação teórica à formação prática, em função das capacidades profissionais que se propõem desenvolver representando importante instrumento de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

Os módulos, assim constituídos, representam importante instrumento de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

Desta forma, a proposta pedagógica do curso organizada por núcleos politécnicos favorece a prática da interdisciplinaridade, de forma a conceber a educação profissional e tecnológica como integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas. Acrescente-se, aqui, que a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação Alimentar e Nutricional, a Educação para o Trânsito, o estudo do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, bem como o estudo da história e cultura afro-brasileira e da formação étnica do povo brasileiro, levando em

conta suas matrizes africana, europeia e indígena, permearão a estrutura curricular do curso, de maneira a promover a interdisciplinaridade dos temas citados, podendo funcionar também como elemento integrador de diferentes componentes curriculares. Com o objetivo de maximizar a qualidade no ensino, em algumas disciplinas se faz necessária a divisão da turma e, conseqüentemente, a supervisão sistematizada de dois professores. Assim, o curso Técnico de Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio está sendo construído na perspectiva da integração entre formação geral e profissional, a qual está baseada em sete importantes princípios:

**Interdisciplinaridade:** entende-se que um trabalho de natureza interdisciplinar pode propiciar uma visão mais abrangente do conhecimento, por possibilitar que diferentes pontos de vista sobre um mesmo conteúdo sejam apresentados aos alunos. Um trabalho interdisciplinar busca a aproximação, a articulação, a comunicação entre as áreas do conhecimento com o objetivo de superar a fragmentação do saber no ensino formal. Nesse sentido, busca-se o diálogo entre disciplinas escolares, ultrapassando o isolamento e o aprofundamento vertical, sem que a horizontalização resulte em superficialidade; busca-se a integração entre as disciplinas da formação geral, as disciplinas da formação profissional e entre componentes curriculares das duas grandes áreas.

**Contextualização:** entende-se que os conhecimentos escolares podem produzir transformações nos aprendizes. Essas mudanças acontecerão à medida que os conteúdos escolares se mostrarem significativos para os alunos, pois apresentam-se no contexto de vida ou no horizonte profissional dos mesmos. A contextualização do conhecimento, da ciência e da técnica no âmbito global e local busca justamente dar sentido à aprendizagem, de modo que os aprendizes possam construir relações entre o mundo apresentado na sala de aula e o vivido fora dela.

**Desenvolvimento de Competências:** os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) instituem a formação dos estudantes não apenas mediante conteúdo específico do saber escolar, mas também, e principalmente, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, as quais são detalhadas no referido documento e se referem tanto à formação pessoal quanto à profissional do estudante. O documento orienta que a organização do Ensino Médio brasileiro tem como eixos

estruturantes quatro premissas apontadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), brevemente apresentadas abaixo:

- **APRENDER A CONHECER:** Este princípio garante o aprender a aprender e constitui mecanismo para uma educação permanente, fornecendo bases para continuar aprendendo ao longo da vida.
- **APRENDER A FAZER:** O desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para o enfrentamento das novas situações que se colocam. Consiste essencialmente em aplicar na prática os seus conhecimentos teóricos e, assim, enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social. É indissociável do “aprender a conhecer”, que lhe confere as bases teóricas, o aprender a fazer refere-se essencialmente à formação para o mundo do trabalho do educando.
- **APRENDER A VIVER:** Este princípio trata da noção de aprender a conviver com o outro, desenvolvimento do conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão dos conflitos inevitáveis.
- **APRENDER A SER:** Refere-se ao princípio de que a educação representa um processo de desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, preparando-o a elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular seus próprios juízos de valor e, assim, poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. “Aprender a viver” e “aprender a ser” decorrem, assim, das duas aprendizagens anteriores – “aprender a fazer” e “aprender a viver” – e devem constituir ações permanentes que visem à formação do aluno como pessoa e como cidadão.

**Educação para a cidadania:** em linhas gerais, entende-se que a formação para a cidadania implica na educação que se desenvolve “com vistas ao desenvolvimento da capacidade de julgar e tomar decisões, bem como desenvolver no indivíduo o interesse pelos assuntos comunitários. Portanto, a educação para a cidadania consiste no desenvolvimento de valores éticos de compromisso com a sociedade” (BRASIL, 1999). Perceber a comunidade como parte de si mesmo e a si

mesmo como parte da comunidade permite ao estudante um exercício ético em que a busca do bem individual se confunde com a busca do bem comum.

**Flexibilidade:** a rapidez das transformações sociais incide em transformações individuais, que exigem do sujeito reeducação e readaptação. É nesse ponto que a escola precisa possibilitar ao estudante o aprendizado constante num mundo inconstante. Em um contexto dinâmico, a flexibilidade é princípio chave para adaptar-se às transformações, possibilitando ao estudante ampliar as perspectivas de sua prática profissional. Nesse sentido, a flexibilidade se articula ao “aprender a conhecer” e ao “aprender fazer”. Assim sendo, busca-se preparar os estudantes não só para as exigências atuais do mundo e do mercado de trabalho, mas para qualificá-los para o porvir.

**Articulação Teoria e Prática:** a urgência de ampliar significativamente o número de alunos no nível médio de ensino não pode elidir, no entanto, algumas questões cruciais, cujo equacionamento determinará a atualidade e a eficácia da oferta. Uma delas diz respeito à necessidade de equilíbrio entre uma formação generalista e uma formação para o mundo do trabalho. Entre o excesso de academicismo que costuma ser associado aos currículos do Ensino Médio e o estreitamento dos conteúdos educacionais, restringindo-os a dimensões prático-utilitárias, é possível buscar um equilíbrio nos percursos educacionais, de modo a não confinar precocemente os alunos a horizontes profissionais limitados. A teoria se produz da prática e a prática é produzida da teoria. Há nessa dialética uma inexorabilidade que torna redundante a ideia de articular teoria e prática uma vez que é impossível dissociá-las. Busca-se, enfim, uma produção educacional que permita ao estudante compreender a dinamicidade e a simultaneidade do saber e do fazer.

**Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão:** o projeto educacional dos institutos federais configura-se como política social a interferir em prol do desenvolvimento regional através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim busca superar a compreensão da educação profissional e tecnológica como meramente instrumentalizadora, proporcionando ao educando formação integral e articulada a outras políticas sociais. Para tanto, oportuniza aos alunos participação em ações culturais e projetos de pesquisa que articulem escola-comunidade e ao mesmo tempo possibilitem o desenvolvimento da capacidade de

investigação científica do educando, essencial à construção da autonomia intelectual. Permitindo a este compreender a realidade em que se insere e agir em prol de mudanças regionais.

## 12.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio	
Câmpus	São Paulo - Pirituba
Forma de oferta	Presencial
Periodicidade da oferta	Semestral
Previsão de abertura do curso	1º semestre de 2017
Período	Noturno
Vagas	40 vagas
Estágio Supervisionado Optativo	200 horas
Carga Horária Mínima Obrigatória	1000 horas
Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	20 semanas

## 12.2 ESTRUTURA CURRICULAR

 <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO</b> Criado pela Lei nº 11.892 de 29/12/2008. <b>Câmpus São Paulo Pirituba</b> Criado pela Portaria Ministerial nº378, de 09/05/2016 <b>ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE OU CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO</b> Base Legal: Lei nº 9.394/1996, Decreto nº 5.154/2004, Resoluções CNE/CEB nº 02/2012 e nº 06/2012. Resolução de autorização do Curso no IFSP, nº 135 de 23 de novembro de 2016.		Carga Horária Mínima Obrigatória										
		1000										
		Total de semanas por módulo										
		20										
Habilitação Profissional: <b>TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO</b>												
Componente Curricular	Cód.	Trat. Met.	Núm. Prof.	Aulas semanais			Carga horária			Total aulas	Total horas	
				1º	2º	3º	1º	2º	3º			
Módulo 1	Comunicação Empresarial	CME01	T	1	4			67	0	0	80	67
	Matemática Financeira e Aplicada	MFA01	T	1	4			67	0	0	80	67
	Sistemas de Informação Gerencial e Informática Aplicada	SGI01	T / P	2	8			133	0	0	160	133
	Teoria Geral da Administração	TGA01	T	1	4			67	0	0	80	67
Módulo 2	Administração da Produção e Operações	APO02	T	1		4		0	67	0	80	67
	Administração Financeira	AFI02	T	1		4		0	67	0	80	67
	Gestão de Documentos e Arquivística	GDA02	T	1		4		0	67	0	80	67
	Gestão de Pessoas	GEP02	T	1		4		0	67	0	80	67
	Marketing	MKT02	T	1		4		0	67	0	80	67
Módulo 3	Comportamento Organizacional	COR03	T	1			4	0	0	67	80	67
	Empreendedorismo e Inovação	EMP03	T	1			4	0	0	67	80	67
	Ética Empresarial e Responsabilidade Socioambiental	ERS03	T	1			4	0	0	67	80	67
	Técnicas de Vendas e Negociação	TVN03	T	1			4	0	0	67	80	67
	Projeto Integrador	PJI03	P	1			4	0	0	67	80	67
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE (Aulas de 50 minutos)</b>				<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>333</b>	<b>333</b>	<b>333</b>	<b>1200</b>	<b>1000</b>	
PARTE DIVERSIFICADA OPTATIVA	Componente Curricular Optativo	Cód.	Trat. Met.	Núm. Prof.	Aulas Semanais			Carga horária			Total Aulas	Total Horas
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	LIB00	T	1	4			67			80	67
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Estágio Profissional Supervisionado (Optativo)											
CARGA HORÁRIA TOTAL MÁXIMA	Carga Horária Total Máxima											
											1267	

### 12.3 ITINERÁRIO FORMATIVO

O curso de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO é composto por três módulos semestrais. O aluno que cursar o módulo 1 concluirá a Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. O aluno que cursar os módulos I e II concluirá a Qualificação Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO. Ao completar três módulos, integralmente, o aluno fará jus ao Certificado de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, desde que tenha concluído, também, o Ensino Médio.

**Figura 4:** Qualificações Técnicas e Habilitação oferecidas pelo curso



**MÓDULO I – Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar Administrativo.** O Auxiliar Administrativo é o profissional que executa serviços de apoio nas organizações auxiliando as diversas áreas; prestando atendimento a clientes e fornecedores, atuando no processo de comunicação organizacional tratando de documentos variados, cumprindo procedimentos necessários referentes aos mesmos; participando das atividades e rotinas administrativas.

**MÓDULO II – Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente Administrativo.** O Assistente Administrativo é o profissional que organiza e executa as

atividades relativas às rotinas das funções de planejamento e organização nas diversas áreas da Administração, compreendendo sua importância e implicações.

## 12.4 PLANOS DE ENSINO

						Campus São Paulo Pirituba		
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>								
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.								
<b>Componente curricular:</b>			<b>Comunicação Empresarial</b>			<b>Código:</b>		CME01
<b>Semestre</b>	1	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067	
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>					
T ( X ) P ( ) T/P ( )			( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?					
<b>2 – EMENTA</b>								
O componente curricular trabalha elementos e situações de comunicações em geral e, especificamente na administração. Interpretação da comunicação de massa. Análise, processos e técnicas da comunicação para situações na empresa, inclusive planos de comunicação. A empresa em um contexto geral, dando ênfase aos sistemas e processos organizacionais, validade e produtividade, gestão de recursos (humanos, financeiros, materiais, de produção e marketing).								
<b>3 – OBJETIVOS</b>								
O propósito do componente curricular é de oferecer aos alunos mecanismos teóricos e práticos, bem como através da pesquisa de campo e aplicação em sala de aula dos conhecimentos adquiridos, como forma de despertar o interesse para acompanhar o avanço das comunicações no Brasil e no mundo, desenvolver projetos de comunicação interna e externa, atuando nas relações e nos processos operacionais, estratégicos e gerenciais entre os departamentos das organizações, focalizando como público alvo a comunidade compreendida de forma ampla, com discussões relacionadas ao mundo globalizado, questões étnico-raciais.								
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>								
1.1 A comunicação empresarial: conceitos, histórico, importância, evolução, crescimento 1.2 O processo de comunicação nas organizações: níveis, barreiras, fluxos e redes (formal e informal) 1.3 A comunicação empresarial e a administração atual 1.4 A situação do mercado e os efeitos da globalização 1.5 As formas de comunicação nas organizações 1.6 A comunicação gerencial e a comunicação administrativa 1.7 Comunicação interna e endomarketing - sua importância para a gestão nas organizações 1.8 Comunicação interna: conceitos, importância, relação com a organização da empresa e a administração das pessoas, seus canais e técnicas 1.9 A comunicação institucional 1.10 A imagem empresarial e a comunicação integrada 1.11 A comunicação na pequena empresa. 2.1 A comunicação empresarial na sociedade da informação 2.2 A comunicação empresarial e responsabilidade social 2.3 O mundo globalizado e questões étnico-raciais. 2.4 A comunicação de marketing como diferencial estratégico 2.5 A divulgação e a preservação de								

marcas, produtos e serviços 2.6 Comunicação na administração pública e privada 2.7 Os planos de comunicação 2.8 A importância do planejamento 2.9 As principais características de um planejador.

3.1. Etiqueta empresarial e marketing pessoal; 3.2. Redação empresarial; 3.3. Comunicação e relacionamento interpessoal; 3.4 Planejamento de comunicação empresarial; 3.5 Indicadores de resultados da comunicação.

## 5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação empresarial sem complicação. 3. Ed. São Paulo: Manole, 2014.

## 6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGENTI, Paul A. Comunicação Empresarial - A Construção da Identidade, Imagem e Reputação - 6ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2014

FLATLEY, MARIE E.; KATHRYN RENTZ; PAULA LENTZ. Comunicação Empresarial - Série A 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MEDEIROS, JOÃO BOSCO; TOMASI, CAROLINA. Comunicação Empresarial - 4ª Ed. São Paulo; Atlas, 2014.

						Campus São Paulo Pirituba					
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>											
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.											
<b>Componente curricular:</b>				<b>Matemática Financeira e Aplicada</b>				<b>Código:</b>		MFA01	
<b>Semestre</b>	1	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067				
<b>Abordagem Metodológica:</b>				<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>							
T ( X ) P ( ) T/P ( )				( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?							
<b>2 – EMENTA</b>											
O componente curricular apresenta os conteúdos aplicáveis a administração financeira, bem como os conceitos de juros, capitalização, empréstimos e sistemas de amortização para que o egresso seja capaz de analisar e controlar os ativos patrimoniais.											
<b>3 – OBJETIVOS</b>											
O propósito do componente curricular é de proporcionar aos alunos o domínio dos seus conceitos e nomenclatura, bem como instrumentalizá-los no uso das fórmulas e das calculadoras financeiras, facilitando-lhes o trânsito na área de finanças, de acordo com seu perfil profissional e servindo como base/instrumento para outras áreas do conhecimento.											
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>											
1. Conceitos iniciais e Fluxo de Caixa 1.1- O valor do dinheiro no tempo 1.2- Diagrama de fluxo de caixa 1.3- Conceitos básicos: juros, remuneração de capital e taxa de juros 2. Juros Simples 2.1- Regime de juros simples 2.2- Determinação da data de vencimento e prazo das aplicações: contagem de dias entre duas datas 2.3- Equivalência de fluxo de caixa 2.4-											

Proporcionalidade de taxas de juros 3. Desconto Comercial e Bancário Simples 3.1- Operações de desconto 3.2- Desconto racional com juros simples 3.3- Cálculo e fórmulas com desconto comercial 4. Juros Compostos 4.1- Regime de capitalização composta ou exponencial 4.2- Cálculo do montante e do principal 4.3- Equivalência de capitais e taxas de juros 5. Taxas de juros 5.1- Taxa de juros nominais 5.2- Taxa proporcional (taxa linear) 5.3- Taxa de juros efetivas 5.4- Equivalência entre taxas de juros 5.5- Taxas de juros aparentes e taxa de juros nominais 5.6- Outras taxas no sistema financeiro brasileiro: Selic, CDI, Over, etc 6. Anuidades ou séries 6.1- Uma sequência de pagamento e recebimento em intervalos periódico 6.2- Pagamento e recebimento iguais 6.3- Série antecipadas e postecipadas 6.4- Montante em série periódica uniforme 6.5- Caçulo da taxa de juros na série periódica uniforme 7. Planos de amortização de empréstimo e financiamento 7.1- Sistema Price 7.2- Sistema de amortização constante (SAC) 7.3- Sistema de amortização americano 7.4- Sistema de amortização crescente (Sacre). 8 – Utilização da calculadora financeira HP 12C.

### 5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Assaf Neto, Alexandre. Matemática Financeira e Suas Aplicações - 13ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016

### 6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESPO, A. A matemática Financeira fácil. 14ª. Ed. São Paulo. Saraiva, 2014

GIMENES, CRISTIANO MARCHI. Matemática Financeira com Hp 12 C e Excel - Uma Abordagem Descomplicada - 2ª Ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

MATHIAS, WASHINGTON FRANCO / GOMES, JOSÉ MARIA. Matemática Financeira - Com + de 600 Exercícios Resolvidos e Propostos - 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

						Campus São Paulo Pirituba			
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>									
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.									
<b>Componente curricular:</b>			<b>Sistemas de Informação Gerencial e Informática Aplicada</b>			<b>Código:</b>		SGI01	
<b>Semestre</b>	1	<b>No. Aulas Semanais</b>	8	<b>Total de Aulas</b>	133	<b>Total de Horas</b>	160		
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>						
T ( ) P ( ) T/P (X)			(X) SIM ( ) NÃO Qual(is)? Laboratórios de Informática						
<b>2 – EMENTA</b>									
O componente curricular trabalha protótipos de Sistemas de Informações, Sistema de apoio a Decisão (SAD) e Sistemas de Controle Operacional e Gerencial (SCO/SCG). Desenvolvimento de SCO/SCG nas áreas de Finanças, Marketing e Recursos Humanos. As atividades contemplam a capacitação dos alunos na utilização de aplicativos básicos de escritórios, internet e sistemas de interesse administrativo.									
<b>3 – OBJETIVOS</b>									
O propósito do componente curricular é capacitar os alunos para compreender os elementos essenciais dos diferentes tipos de Sistemas de Informação, seus benefícios potenciais e fatores limitantes de acordo com as diversas realidades organizacionais para as quais tais sistemas devem servir. Identificar os elementos essenciais que devem estar contidos em									

uma estratégia adequada para que as fases de concepção, desenvolvimento, implementação e manutenção de um Sistema de Informação sejam as mais eficientes e eficazes possíveis para as organizações nas quais o mesmo está inserido. Compreender os sistemas de informação formados por elementos técnicos, mas também formados por elementos não técnicos, mas através dos quais atuam na escolha, desenvolvimento e uso da tecnologia tais como: fatores socioeconômicos, cognitivos, psicológicos, políticos, éticos, morais e etc.

#### **4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- I. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Contextualização. 1 Da Era da Informação para a Era do Conhecimento. 2 Complexidade da Gestão no mundo Globalizado. 3 Informação para a Inovação e para o Conhecimento Estratégico. 4 Conceito de sistemas: visão da Administração e da Informática. 5 O Conhecimento como substrato Estratégico. 6 Sistemas de Informação Gerenciais como substrato para o Conhecimento. II. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Conceitos Básicos. 1 Paradigma Simbólico e Não-Simbólico. 2 Definição e conceitos básicos dos Sistemas de Informações Gerenciais. 3 Vantagens e fatores limitantes dos SIG. 4 Os Sistemas de Informação: visão sócio técnica. 5 Tipos de Sistemas de Informações Gerenciais. 6 A tomada de decisão nas organizações e os SIGs. 7 Sistemas “Inteligentes”: promessas e limitações. III. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Aspectos Tecnológicos. 1 Arquitetura Aberta 2 Noções de Lógica e Algoritmos 3 Os componentes Elementares de Hardware 4 Os componentes Elementares de Software 5 Os componentes Elementares de Redes de Computadores 6 Os componentes Elementares de Telecomunicação. 7 Aspectos de Segurança: hardware e software. IV. AMBIENTES VIRTUAIS. 1 Histórico da Internet. 2 Arquitetura Cliente-Servidor. 3 Componentes Básicos. 4 Modelos de Negócios Digitais: diferentes tipos, suas vantagens e desvantagens. 5 Aspectos de Segurança: assinatura digital, autenticação, criptografia e estenografia. V. NOVOS SISTEMAS 1. A Tecnologia Na Sociedade Do Conhecimento 2. Evolução Da Tecnologia 3. Sistema De Informação Gerencial 4. Gestão Do Relacionamento Dos Clientes - CRM 5. Sistema Integrado De Gestão - ERP 6. Descoberta Do Conhecimento - KDD VI. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Impactos Socioculturais 1 Aspectos Jurídicos e seus Impactos Estratégicos. 2 Crimes com computador. 3 Direito básico à privacidade. 4 Questões éticas. VII. AVALIAÇÃO, ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS. 1 Componentes de um Projeto de Sistemas. 2 Visão geral de viabilidades em um projeto de sistemas. 3 Gerenciamento de recursos de informação. VIII. DISCUSSÃO CRÍTICA DE SIG, com relação aos seguintes contextos: 1 Pensamento Social Brasileiro, 2 Administração Pública e Privada.

#### **5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. 11 ed. Editora Pearson Prentice Hall, 2014.

#### **6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CORNACHIONE JR, EDGARD BRUNO. Informática - Aplicada Às Áreas de Contabilidade, Administração e Economia - 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação: uma visão executiva. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de informática básica. 7. ed. São Paulo: Érica, 2008.

REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 9ª. Ed. Editora Atlas, 2013.

							Campus São Paulo Pirituba			
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>										
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.										
<b>Componente curricular:</b>				<b>Teoria Geral da Administração</b>			<b>Código:</b>		TGA01	
<b>Semestre</b>	1	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067			
<b>Abordagem Metodológica:</b>				<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>						
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?							
<b>2 – EMENTA</b>										
O componente curricular trabalha a Administração e seu papel na sociedade humana com base em seus antecedentes históricos e nas “variáveis” que deram origem ao pensar administrativo. Bem como características exigidas do administrador, bem como de seus papéis, necessários para sua atuação.										
<b>3 – OBJETIVOS</b>										
O propósito do componente curricular é de apresentar e discutir com profundidade os conceitos teóricos desenvolvidos pelas várias Teorias da Administração, garantindo ao aluno uma perfeita compreensão do seu campo de formação e de futura atuação profissional. Contribuir para a compreensão de que as organizações, enquanto sistemas dinâmicos necessitam da aplicação de conceitos adequados, advindos da evolução administrativa, para que sua sobrevivência seja garantida Ementa										
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>										
1. Histórico sobre a evolução da administração; 2. Evolução das abordagens da administração; 3. Conceito de organização e o papel do administrador; 4. Funções administrativas: 4.1- Planejamento administrativo (tipos e modelos de planejamento; metas e planos; benefícios do planejamento organizacional; missão e visão; estratégia e tomada de decisão); 4.2- Organização – Tipos de Estrutura – vertical e horizontal; tipos de departamentalização; 4.3- Direção: liderança - liderança versus administração; histórico da lideranças; traços de liderança; novas abordagens da liderança; motivação nas organizações; comunicação verbal e não verbal- Conflitos organizacionais- Resolução de conflitos 4.4- Controle – definição, função; tipos de controle e as etapas; benefícios e ferramentas de controle; - Noções de ética e ética empresarial; responsabilidade social e ambiental das empresas.										
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>										
CHIAVENATTO, Idalberto, Introdução à teoria geral da Administração. 4. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2014										
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>										
MAXIMIANO, A. C A Introdução a Administração. 8. Ed. São Paulo. Atlas, 2011. CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. Administração – teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. REBOUÇAS, D.P.O Sistema, Organização e Métodos. São Paulo, Atlas, 2010.										

						Campus São Paulo Pirituba				
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>										
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.										
<b>Componente curricular:</b>			<b>Administração da Produção e Operações</b>			<b>Código:</b>		APO02		
<b>Semestre</b>	2	<b>No. Aulas Semanais</b>		4	<b>Total de Aulas</b>		080	<b>Total de Horas</b>		067
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>							
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( )	SIM	( X )	NÃO	Qual (is)?			
<b>2 – EMENTA</b>										
O componente curricular trabalha a administração de operações produtivas, modelo de transformação, os tipos de produção e as atividades da administração da produção. A disciplina preparará o egresso para as melhores práticas dentro da gestão da produção e operações, através do embasamento teórico que a disciplina se dispõe.										
<b>3 – OBJETIVOS</b>										
O propósito do componente curricular é de buscar o entendimento e a compreensão de técnicas que auxiliam a melhoria e a prática de gestão, do desempenho e da capacitação das organizações; Da função produção como apoiadora, implementadora e impulsionadora da estratégia da organização; De como a Administração de Operações Produtivas é coparticipante do desenvolvimento dos processos de Projeto; Da participação da Administração de Operações Produtivas nos processos relativos aos fornecedores e parceiros.										
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>										
1. Gestão das operações produtivas 1.1. Definição, histórico e importância; 1.2. Objetivos qualificadores e ganhadores de pedidos; 1.3. Tipos de operações de produção 2. Gestão. De Processos: 2.1. Definição e importância dos processos empresariais; 2.2. Fluxograma; 2.3. Mapeamento de processos. 3. Gestão da Qualidade 3.1. Conceito e importância; 3.2. Principais teóricos; 3.3. Ferramentas da qualidade; 3.4. O papel da ISO. 4. Gestão da Cadeia de Suprimentos; 4.1. Definição e objetivos da logística. 5. Gestão de estoques 5.1. Conceito e importância dos estoques; 5.2. Demanda e previsão; 5.3. Níveis de estoques; 5.4. Indicadores da gestão de estoques. 6. Gestão de Compras e Suprimentos 6.1. Conceito e importância das compras; 6.2. Variáveis-chave de compras; 6.3. Seleção, qualificação e avaliação do fornecedor.										
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>										
Ritzman, Larry P. / Malhorta, Manoj / Kajewski, Lee. Administração de Produção e Operações. São Paulo: Prentice Hall, 2014										
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>										
SLACKS, Nigel e outros. Administração da produção. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015. SLACKS, Nigel e outros. Princípios de Administração da Produção. A Evolução do Direito Digital. São Paulo: Atlas, 2013. BAILY et al. Compras: princípios e administração. São Paulo: Atlas, 2000.										

						Campus São Paulo Pirituba			
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>									
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.									
<b>Componente curricular:</b>			<b>Administração Financeira</b>			<b>Código:</b>		AFI02	
<b>Semestre</b>	2	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067		
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>						
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?						
<b>2 – EMENTA</b>									
O componente curricular trabalha a função da administração financeira; apresentando aspectos introdutórios relacionados a demonstração financeira e suas análises; fluxo de caixa e planejamento financeiro; capital de giro e gestão de ativo circulante; formação de preço.									
<b>3 – OBJETIVOS</b>									
O propósito do componente curricular é de compreender a gestão financeira e sua relação com as demais áreas de gestão; interpretar e utilizar os índices financeiros a demonstração financeira e suas análises; calcular índices financeiros simples para tomada de decisão; introduz conceitos para a administração do fluxo de caixa e o capital de giro; cálculo da margem de contribuição de um produto; calculo do ponto de equilíbrio operacional de uma empresa; e discutir situações cotidianas quanto a aspectos mercadológicos, tributários e financeiros, bem como sua influência na formação de preço de um produto.									
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
1. Capita de Giro. 2. Fluxo de Caixa. 3. Administração de Valores a Receber. 4. Rotinas dos departamentos de contas a pagar, contas a receber e tesouraria. 5 Fontes de financiamento de curto prazo. 6 Decisões Financeiras de investimento de longo prazo. 7 Técnicas de Análise de Investimento. 8. Formação de preço; 8.1. Ponto de equilíbrio operacional.									
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>									
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. Ed. Pearson, 2010									
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>									
ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preço. 4 ed. Editora Campus, 2010. ROSS, Stephen. Administração Financeira. 10 ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2015. SOUSA, Antonio de. Gerência financeira para micro e pequenas empresas: um manual simplificado. 2 ed. Editora Campus, 2014.									

						Campus São Paulo Pirituba		
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>								
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.								

<b>Componente curricular:</b>		<b>Gestão de Documentos e Arquivística</b>			<b>Código:</b>	GDA02	
<b>Semestre</b>	2	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067
<b>Abordagem Metodológica:</b>		<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>					
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?				
<b>2 – EMENTA</b>							
O componente curricular trabalha a Gestão de Documentos e seus objetivos fazendo com que o egresso tenha as habilidades necessárias à gestão de documentos, as medidas e rotinas que garantam o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final, com vistas à racionalização e eficiência administrativa, bem como à preservação do patrimônio documental e intelectual de interesse da instituição.							
<b>3 – OBJETIVOS</b>							
O propósito do componente curricular é qualificar o aluno a realizar operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção, controle e expedição de documentos.							
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>							
1 – Gestão de documentos. A escrita. Conceito de Gestão de Documentos 2 – Objetivos da gestão de documentos. Características dos documentos 3 – Classificação de documentos 4 – Métodos de classificação de documentos 5 – Avaliação documental 6 – Introdução ao estudo dos arquivos 7 – Roteiro para organizar arquivos 8 – Modelo de plano arquivístico 9 – Escolha das instalações e equipamentos 10 – Sistemas e métodos de arquivamento 11 – Método alfabético 12 – Método Geográfico 13 – Métodos numéricos 14 – Método numérico cronológico e o método digito terminal 15 – Método por assunto e o método Variadex 16 – Arquivística e Informática 17 – Preservação digital 18 – GED e microfilmagem de documentos e Gerenciamento Eletrônico de Documentos 19 – Arquivos especiais. Arquivo Fotográfico. Arquivo de fita magnética, filme e disco. Arquivo de Recorde de Jornal. Arquivo de Catálogo Impresso 20 – Conservação, restauro e organização de documentos.							
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>							
PAES, Marilena Leite. Arquivos: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005							
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>							
D'ELIA, BETE; AMORIM, MAGALI. Excelência No Secretariado - A Importância da Profissão Nos Processos Decisórios. São Paulo: Ser Mais, 2014. REIS, L. Arquivologia Facilitada. São Paulo: Elsevier, 2013. RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005. SANTOS, Vanderlei Batista dos. Arquivística: Temas Contemporâneos. Distrito Federal:							

Senac, 2008.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. Arquivística Temas Contemporâneos. Distrito Federal: Senac, 2008 2ª edição.

						Campus São Paulo Pirituba		
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>								
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.								
<b>Componente curricular:</b>			<b>Gestão de Pessoas</b>			<b>Código:</b>		GEP02
<b>Semestre</b>	2	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067	
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>					
T ( X ) P ( ) T/P ( )			( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?					
<b>2 – EMENTA</b>								
O componente curricular trabalha a interação entre pessoas e organizações. O sistema de administração de recursos humanos. Os processos da administração de recursos humanos. Subsistema de provisão na gestão de recursos humanos – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de aplicação – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de manutenção – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de desenvolvimento – objetivos e atividades envolvidas. Subsistema de monitoração – objetivos e atividades envolvidas. Principais tendências nos diferentes processos da administração de recursos humanos								
<b>3 – OBJETIVOS</b>								
O propósito do componente curricular é de possibilitar o entendimento das relações de intercâmbio entre pessoas e organizações, buscando identificar formas de melhorar este relacionamento; Apresentar o conceito da administração de recursos humanos, as características da área, seu papel, suas principais dificuldades, objetivos e políticas; Contribuir para o conhecimento dos processos da administração de recursos humanos: Provisão, Aplicação, Manutenção, Desenvolvimento e Monitoração. Verificar os temas emergentes das associações representativas e de referência para a função RH (ABRH, CORHALE, DIEESE,...)								
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>								
1. Origem, conceito e evolução da gestão de pessoas nas organizações; 2. Relações interpessoais nas organizações; 3. As diferenças individuais; 4. Processo de Socialização; 5. Sentimentos e Emoções no trabalho; 6. Inteligência Emocional/Competência Interpessoal; 7. Percepção Social; 8. A gestão de pessoas no ambiente organizacional atual; 9. Cultura e clima organizacional; 10. Planejamento estratégico de gestão de pessoas; 11. Recrutamento de Pessoas; 12. Seleção de pessoas; 13. Descrição de cargo; 14. Políticas de remuneração e programas de incentivo; 15. Treinamento de pessoas; 16. Desenvolvimento de pessoas; 17. Avaliação de desempenho; 18. Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho e aspectos relacionados ao Meio Ambiente. 19. Normas Regulamentadoras do Trabalho no Brasil.								
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>								
BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena T. Manual de gestão de pessoas e equipes, vol. 1 e 2. São Paulo: Gente, 2002								

**6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARAÚJO, Luis César G. de – Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto – Gestão de Pessoas. 4ª Ed. Manole, 2014

CHIAVENATO, Idalberto – Recursos Humanos: O capital humano das organizações. 10. Ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

						Campus São Paulo Pirituba					
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>											
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.											
<b>Componente curricular:</b>				<b>Marketing</b>				<b>Código:</b>		MKT02	
<b>Semestre</b>	2	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067				
<b>Abordagem Metodológica:</b>				<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>							
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?								
<b>2 – EMENTA</b>											
O componente curricular trabalha as funções do marketing para que o egresso tenha os conhecimentos para criar valor e satisfação ao cliente gerindo relacionamentos lucrativos para ambas as partes.											
<b>3 – OBJETIVOS</b>											
O propósito do componente curricular é de proporcionar aos participantes o acesso aos novos aportes teóricos e metodológicos; Apresentar as contribuições do marketing para o ambiente organizacional atual; Apresentar as funções, ferramentas e estratégias de marketing; Conceituar produto e marca e suas importâncias para a empresa; e Conceituar Pesquisa de marketing e descrever sua importância para as organizações Conceituar e classificar os serviços e Apresentar as técnicas e ferramentas de marketing de serviços											
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>											
1. Origem, conceito e evolução do marketing; 2. As funções do marketing; 3. O sistema de marketing; 4. Segmentação do mercado; 5. O composto de marketing: composto de produto, de preço, de praça e de promoção; 6. Tipos de Marketing; 7. Produtos e marcas; 8. Classificações dos produtos; 9. Decisões de linha de produtos; 10. Embalagem, rótulo e garantia; 11. Ciclo de vida do produto e desenvolvimento de novos produtos; 12. Canais de distribuição; e 13. Noções de Pesquisa de Marketing 14. Conceito e classificação dos serviços 15. Gerenciamento dos processos de serviços 16. Marketing de serviços 17. Desenvolvimento de serviços 18. Noções de qualidade em serviços											
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>											
KOTLER, Philip. Administração de marketing. 14. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.											
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>											
HOOLEY, Graham J. Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo. São Paulo: Pearson, 2011.											
LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen. Marketing de serviços: pessoas, tecnologias e											

resultados. 7 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.  
 PETER, J. Paul. Comportamento do consumidor e estratégia de marketing. 8 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2015.

 <b>INSTITUTO FEDERAL</b> São Paulo						Campus São Paulo Pirituba		
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>								
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.								
<b>Componente curricular:</b>			<b>Comportamento Organizacional</b>			<b>Código:</b>		COR03
<b>Semestre</b>	3	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067	
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>					
T ( X ) P ( ) T/P ( )			( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?					
<b>2 – EMENTA</b>								
O componente curricular trabalha o campo do Comportamento organizacional para que o egresso possa gerenciar as equipes, melhorar o relacionamento interpessoal, motivar os grupos e o bem estar no ambiente de trabalho.								
<b>3 – OBJETIVOS</b>								
O propósito do componente curricular é de levar os alunos a discriminar as diferentes formas de interação humana nas práticas organizacionais; identificar e atuar sobre os aspectos que envolvem a relação de indivíduo com o trabalho; discriminar as diferenças individuais identificando os aspectos que envolvem a relação do indivíduo com o trabalho; compreender a importância das pessoas nas organizações, buscando identificar suas contribuições para o desenvolvimento e crescimento das empresas								
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>								
1. Entendendo Aprendizagem, Personalidade e Emoções e seus impactos no comportamento e desempenho das pessoas no trabalho. 2. Entendendo Crenças, Valores, Atitudes e Percepção e seus impactos na Satisfação e no Processo de Decisão no Trabalho. 3. Teorias de Motivação e Programas de Motivação mais adotados pelas organizações. 4. Entendendo Grupos e os tipos mais usados de Equipes de trabalho. 5. Entendendo o Poder, o Conflito e as Negociações nas Organizações. 6. Teorias Atuais sobre Liderança, e o papel da liderança em grupos. 7. Cultura Organizacional e discussão sobre possibilidades de gestão da Cultura Organizacional. 8. Dimensionamento do Trabalho e Impactos da Tecnologia sobre o Trabalho. 9. Estrutura Organizacional Formal e o impacto dos fatores Estratégia e Ambiente sobre a Estrutura Formal. 10. Teorias da Mudança sob o enfoque do Comportamento Organizacional.								
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>								
ROBBINS, S. Comportamento organizacional. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2014.								
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>								
GRIFFIN, Ricky W., MOORHEAD, Gregory Comportamento Organizacional - Gestão de Pessoas e Organizações. 11 ed. São Paulo: Cengage, 2012. MCSHANE, Steven L. Comportamento organizacional. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. QUICK, James Campbell / Nelson, Debra L. Corg - Comportamento Organizacional. São								

Paulo: Cengage, 2012.  
 ROBBINS, Stephen P. Fundamentos do comportamento organizacional. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2014.  
 SOTO, Eduardo. Comportamento Organizacional: o impacto das emoções. São Paulo: Thomson, 2002.  
 VECCHIO, Robert P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Cengage, 2008.

						Campus São Paulo Pirituba					
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>											
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.											
<b>Componente curricular:</b>			<b>Empreendedorismo e Inovação</b>				<b>Código:</b>		EMP03		
<b>Semestre</b>	3	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067				
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>								
T ( X )	P ( )	T/P ( )	( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?								
<b>2 – EMENTA</b>											
O componente curricular trabalha Empreendedorismo, seus conceitos e importância para obter oportunidades de negócios e cenários. O egresso terá habilidades e competências do empreendedor através das oficinas de modelos de negócios estabelecendo estratégias e outros aspectos relevantes.											
<b>3 – OBJETIVOS</b>											
O propósito do componente curricular é de permitir que os alunos possam adquirir conhecimentos sobre os fundamentos da gestão e do empreendedorismo e permitir o conhecimento das principais práticas de gestão aplicadas pelas organizações (com ou sem fins lucrativos), tendo em vista a busca da excelência de desempenho. Desenvolver competências dos alunos para a criação, gestão e sobrevivência de novos empreendimentos, a partir das informações e os conhecimentos necessários.											
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>											
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que é empreendedorismo e seus tipo</li> <li>2. Sustentabilidade: organizacional e sócioambiental.</li> <li>3. Perfil do empreendedor x não empreendedor.</li> <li>4. Desenvolvendo o intraempreendedorismo corporativo.</li> <li>5. Recursos para criação de novos empreendimentos.</li> <li>6. Formação da equipe empreendedora.</li> <li>7. Papel do planejamento no empreendedorismo.</li> <li>8. O papel das incubadoras.</li> <li>9. Criando um ambiente incubador dentro da empresa.</li> <li>10. Apresentação e discussão de casos de empreendedorismo corporativo e empreendedorismo social.</li> <li>11. O Valor da Inovação: Inovação, Produtividade e Competitividade.</li> <li>12. Conhecimento, Empreendedorismo e Inovação.</li> <li>13. Gestão de Mudanças e Sistemas de Inovação: identificando e avaliando oportunidades</li> </ol>											

para a Inovação.

14. Tipos e graus de inovação: produtos, serviços, modelos de gestão, modelos de comercialização, centrada no consumidor, inovação radical, disruptiva e incremental, inovações estratégicas.

15. Business Model Canvas

16. Ecossistema da Inovação: mapeando a rede de valor para a Inovação

17. Capital Intelectual e a Criação de Valor para a Inovação: gerindo o capital humano, estrutural, de relacionamentos e ambiental.

18. Novos modelos de negócios e acordos colaborativos: Cooptação, co-inovação, co-criação de valor, redes de inovação.

19. Modelos de Gestão dos Processos Inovadores - O modelo de gestão da inovação de geração mais avançada.

20. Os Processos da Inovação: do conceito à implementação.

21. O Perfil da Empresa Inovadora e o Profissional Inovador.

22. Fatores Críticos para os Processos de Inovação.

23. Apresentação e discussão de casos de empresas inovadoras.

24. Avaliando o Potencial de Inovação Organizacional – Diagnóstico de Inovação Organizacional.

25. Desenvolvendo um Projeto Inovador.

#### **5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DORNELAS, José Carlos A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

#### **6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. e SHEPHER, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2014. JONES, GARETH R. Teoria Das Organizações. São Paulo: Pearson Education, 2012.

OSTERWALDER, ALEXANDER. Inovação Em Modelos de Negócios – Business Model Generation. Rio de Janeiro: Altabooks, 2011.

 <b>INSTITUTO FEDERAL</b> São Paulo		Campus São Paulo Pirituba	
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>			
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.			
<b>Componente curricular:</b>		<b>Ética Empresarial e Responsabilidade socioambiental</b>	<b>Código:</b> ERS03
<b>Semestre</b>	3	<b>No. Aulas Semanais</b>	4
<b>Total de Aulas</b>		080	<b>Total de Horas</b> 067
<b>Abordagem Metodológica:</b>		Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?	
T ( X )	P ( )	T/P ( )	

	( )SIM ( X )NÃO Qual (is)?
<b>2 – EMENTA</b>	
O componente curricular trabalha o conceito de Responsabilidade Socioambiental, as Relações Étnico-Raciais e Culturais, e Princípios da Ética Empresarial, para que o egresso tenha uma visão ampla e crítica da gestão sustentável, numa abordagem pluriética, multicultural e multidisciplinar, atuando dentro dos princípios norteadores da ética dentro da organização.	
<b>3 – OBJETIVOS</b>	
O propósito do componente curricular é de apresentar aos alunos a visão crítica de uma gestão socialmente responsável e integradora, na qual as diferenças e as diversidades étnico-culturais são abordadas, e evidenciar as consequências de suas ações nos atores envolvidos, seus impactos na empresa, no mercado, no meio ambiente e na comunidade e suas implicações na gestão da organização, relacionando com exemplos de melhores práticas das empresas.	
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
1. Bases Conceituais _ Ética _ Moral _ Valores _ Caráter histórico, social e pessoal da moral _ Senso moral e consciência moral _ Juízo de fato e juízo de valor 2. As Concepções de Ética e Moral _ Os filósofos gregos _ Agostinho e Tomás de Aquino _ Hume e Kant _ A moral utilitarista _ Filosofia moral em Marx, Nietzche, Kierkegard e Berson _ A moral em Piaget _ Ética da convicção e da responsabilidade 3. A Ética na Sociedade _ Ética na sociedade pluralista _ Ética nas relações internacionais _ Ética na sociedade globalizada 4. O Relativismo Moral 5. A Ética nas Organizações 6. Ética, Moral e Democracia nas Organizações. 7. O Privado, o Público, a Ética e a Moral. 8. Ética e Poder _ Ética profissional _ Ética nas relações econômicas.	
2. Responsabilidade Ambiental 2.1. As causas e os efeitos dos atuais problemas ambientais; 2.2. Desenvolvimento Sustentável; 2.3. Legislação Ambiental; 2.4. Poluição da Água; 2.5. Poluição do Solo; 2.6. Poluição do Ar; 2.9. Estudos de Impactos Ambientais (EIA-RIMA); 2.10. Sistema de Gestão Ambiental (SGA); 2.11. Custos Ambientais; 2.12. Cases empresariais.	
3. Responsabilidade Social 3.1. Conceitos de Responsabilidade Social; 3.2. Entidades do terceiro setor; 3.3. Formas de atuação; 3.4. Programas sociais para empresas; 3.5. Gestão da responsabilidade social; 3.6. Elaboração do plano de responsabilidade social; 3.7. Auditoria social e indicadores; 3.8. Primeiros passos para implantação da Responsabilidade Social Empresarial; 3.9. Depoimento Empresarial.	
4. Educação Étnico Racial 4.1. Educação para as relações étnico-raciais; 4.2 Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo; 4.3. Definições de preconceito e discriminação; 4.4. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil; 4.5. Cultura afro-brasileira e indígena; 4.6. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.	
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ASHLEY, Patrícia Almeida;QUEIROZ, Adele. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012	
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BARBIERI, José Carlos, Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável - da Teoria À Prática - 3ª Ed.São Paulo: Saraiva, 2016.	
MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. Responsabilidade social e governança. 3a. São Paulo:	

Alinea 2014.

BRASIL. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade : relações étnico-raciais e de gênero, Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Lei Nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. (online) Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)

OLIVEIRA, Rachel, SOUZA, Flávia Alessandra, Educação e relações étnico-raciais. Ilhéus, BA: Editus, 2012.

MATOS, Francisco Gomes. Ética na gestão empresarial. São Paulo: Saraiva, 2016.

						Campus São Paulo		
Pirituba								
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>								
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.								
<b>Componente curricular:</b>			<b>Técnicas de Vendas e Negociação</b>			<b>Código:</b>		TVN03
<b>Semestre</b>	3	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067	
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>					
T ( X ) P ( ) T/P ( )			( ) SIM ( X ) NÃO Qual (is)?					
<b>2 – EMENTA</b>								
O componente curricular trabalha técnicas de vendas e de negociação em diferentes tipos de negócios e organizações, sua importância e processualidade do planejamento de vendas. A integração entre o plano de marketing e o planejamento das vendas. Através dos conhecimentos adquiridos com a disciplina o egresso terá condições de realizar as melhores práticas de negociação.								
<b>3 – OBJETIVOS</b>								
O propósito do componente curricular é de capacitar o aluno quanto técnicas de negociação e vendas nos diferentes tipos de negócios, propiciar a prática dos processos de negociação comercial e a visão estratégica necessária à condução dos processos negociais.								
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>								
Negociação com Diferencial Competitivo. Conceitos de uma Negociação. As Sete Etapas da Negociação. Habilidades de Relacionamento. Estratégias e Táticas de uma Negociação. Estilos de Negociação. Os Dez Princípios da Negociação. Aplicação dos Conceitos em Grupos. Conhecendo Clientes e Seus Negócios; Histórico das Vendas; Era das Vendas no Brasil; Histórico da área; Precursores;								

O Profissional da Área de Vendas;  
 Conhecimento do Produto que Vende;  
 Conhecimento do Público-Alvo;  
 Planejamento Pessoal e Profissional;  
 Metas e Sucesso;  
 A Importância do Profissional de Vendas;  
 A Importância de um Bom Atendimento;  
 O Ponto de Venda;  
 Ações para p PDV;  
 Entendendo seus Clientes: Comportamento do Consumidor;  
 Motivação de Equipes;  
 Prospecção de Clientes;  
 Fidelização de Clientes;  
 Database Marketing;  
 CRM - Customer Relationship Management;  
 Escolhendo Uma Equipe de Vendas;  
 Ferramentas do Marketing Pessoal;  
 Formação de Gerentes de Vendas;  
 Principais Atribuições de Um Gerente de Vendas;  
 Contratando Profissionais Preparados para o Mercado;  
 Desenvolvendo a Capacidade Negociadora;  
 Técnicas de Negociação;  
 O Perfil de Um Negociador de Sucesso;  
 Negociação;  
 Marketing Perceptivo;

### 5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COBRA; Marcos. Administração de Vendas. 5ed. São Paulo: Atlas, 2014.

### 6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAYCHOUM, Merhi. Negociação: Conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

LAS CASAS; Alexandre Luzzi. Técnicas de Vendas: como vender e obter bons resultados. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PESSOA; Carlos. Negociação Aplicada: Como Utilizar as Táticas e Estratégias para Transformar Conflitos Interpessoais em Relacionamentos Cooperativos. São Paulo: Atlas, 2008.

 <b>INSTITUTO FEDERAL</b> São Paulo		Campus São Paulo Pirituba					
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO</b>							
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.							
<b>Componente curricular:</b>		<b>Projeto Integrador</b>			<b>Código:</b>		PJ103
<b>Semestre</b>	3	<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	080	<b>Total de Horas</b>	067
<b>Abordagem Metodológica:</b>		Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?					

T ( )	P (X)	T/P ( )	( ) SIM (X) NÃO	Qual (is)?
<b>2 – EMENTA</b>				
Este componente curricular consiste em um projeto de integração dos saberes apresentados nas disciplinas do curso por meio de uma abordagem transversal e reflexiva.				
<b>3 – OBJETIVOS</b>				
O propósito do componente curricular é de Integrar os saberes envolvidos nas disciplinas com o campo social, orientando os estudos e pesquisas dos discentes de maneira a prover a conciliação entre teoria e prática social, desenvolvendo os princípios de investigação científica e da pesquisa acadêmica com ênfase no processo de construção e aplicação do conhecimento; Promover a divulgação científica como modo de aproximação entre os discentes e a comunidade; Explorar as dinâmicas na produção, consolidação e circulação dos conhecimentos em campos artísticos e científicos específicos.				
<b>4 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>				
Discussões acerca dos temas tratados nas diferentes disciplinas e sua relação com a formação profissional do técnico em logística;				
1. A pesquisa como fundamento pedagógico e produtivo;				
2. Reflexões sobre a atuação junto à comunidade e projetos de extensão;				
3. Produção, consolidação e circulação dos conhecimentos nos campos científicos e artísticos específicos;				
4. Temas integradores das discussões, que contemplam a dimensão cognitiva e as dimensões política, ética e estética da formação dos estudantes, que são:				
4.1. consumo e educação financeira;				
4.2. ética, direitos humanos e cidadania; sustentabilidade;				
4.3. tecnologias digitais;				
4.4. meio ambiente, educação para o trânsito;				
4.5. saúde e nutrição, convivência geracional e de gênero,				
4.6. culturas africanas e indígenas,				
4.7. globalização e o mundo do trabalho.				
<b>5 – BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.				
<b>6 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.				
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010				
ROESCH, Sylvania Maria Azevedo. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração - 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.				

							
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.							
<b>Componente curricular:</b>			<b>Linguagem Brasileira de sinais (LIBRAS)</b>			<b>Código:</b> LIB00	
<b>Semestre</b>		<b>No. Aulas Semanais</b>	4	<b>Total de Aulas</b>	80	<b>Total de Horas</b>	067
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>				
T (X) P ( ) T/P ( )			( ) SIM ( X ) NÃO Qual(is)?				
<b>1- IDENTIFICAÇÃO</b>							
Curso: Técnico em Administração. Educação Profissional Técnica de Nível Médio modalidade Concomitante/Subsequente, presencial.							
<b>Componente curricular:</b> Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)							
<b>Ano:</b>			<b>Código:</b> LIB				
<b>Nº de aulas semanais:</b> 4			<b>Total de aulas:</b> 80		<b>Total de horas:</b> 67		
<b>Abordagem Metodológica:</b>			<b>Uso de laboratório ou outros ambientes além da sala de aula?</b>				
T (X) P ( ) T/P ( )			( ) SIM (X) NÃO Qual(is)?				
<b>2 - EMENTA:</b>							
Esta disciplina trata sobre tópicos relacionados à Línguas de Sinais e minoria linguística, as diferentes línguas de sinais, o status da língua de sinais no Brasil; trata também da cultura surda, organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica e da expressão corporal como elemento linguístico.							
<b>3 - OBJETIVOS:</b>							
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as concepções sobre surdez;</li> <li>• Compreender a constituição do sujeito surdo;</li> <li>• Identificar os conceitos básicos relacionados à LIBRAS;</li> <li>• Analisar a história da língua de sinais brasileira enquanto elemento constituidor do sujeito surdo;</li> <li>• Caracterizar e interpretar o sistema de transcrição para a LIBRAS;</li> <li>• Caracterizar as variações linguísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS;</li> <li>• Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua de Sinais Brasileira dentro de uma proposta Bilíngue;</li> </ul> <p>Conhecer e elaborar instrumentos de exploração da Língua de Sinais Brasileira.</p>							
<b>4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</b>							
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nome / batismo do sinal pessoal;</li> </ul>							

- Aprendendo os sinais da Língua nos surdos: vocabulário e expressão corporal
- Apresentação pessoal e cumprimentos
- Famílias e relações entre os parentescos
- Saudações formais e informais
- Numerais cardinais e numerais para quantidades
- Advérbio de tempo/ dias de semana /calendário /ano sideral
- Características das roupas/ cores
- Cotidiano / situações formais e informais
- Pessoas / coisas / animais/ esportes
- Meios de comunicação / tecnologia
- Alimentos e bebidas / pesos / medidas
- Meios de transportes
- Natureza
- Mapa do Brasil/ Estados do Brasil

**5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras. Conhecimento Além dos Sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

**6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; HONORA, Márcia. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. Vol. I, II e III. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

GESSER, Audrei. O Ouvinte e a Surdez. Sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2010.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.

## 12.5 ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

O curso foi organizado de modo a garantir o que determina a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o Parecer CNE/CEB nº 11/2008, a Resolução CNE/CEB nº 03/2008, assim como as competências profissionais que foram identificadas pelo IFSP, com a participação da comunidade escolar.

A estrutura curricular que resulta dos diferentes módulos estabelece as condições básicas para a organização dos tipos de itinerários formativos que, articulados, conduzem à obtenção de certificação profissional e permite ao discente um crescimento gradual, partindo de competências básicas necessárias ao desenvolvimento psicopedagógico de formação, tendo a concepção tecnológica como coluna mestra de articulação e a interdisciplinaridade da formação do técnico em Administração, envolvendo componentes específicos e outras atividades curriculares propostas neste projeto pedagógico que abarcam os três núcleos centrais previstos nas diretrizes curriculares, a saber: ensino, pesquisa e inovação e extensão, presentes na definição e na existência do próprio IFSP.

Os espaços curriculares foram concebidos de modo a articular os diversos momentos da formação discente, totalizando 1.200 (mil e duzentas horas), contemplando e ultrapassando os mínimos exigidos por lei, distribuídas ao longo dos três semestres do curso, de acordo com a matriz curricular.

## 13.METODOLOGIA

Concernentes ao Projeto Político Institucional do IFSP (PPI), os métodos e práticas de ensino desenvolvidos no Curso Técnico em Administração deverão “ofertar ensino que contribua para preparar profissionais capazes de refletir criticamente sobre a ciência e as técnicas incorporadas aos processos de produção e serviços”, contribuindo, assim, para a formação de “cidadãos capazes de tomar decisões responsáveis, na busca de soluções para os problemas relacionados ao

desenvolvimento social, técnico, econômico e cultural do país”. Dessa maneira, exige-se uma nova postura dos educadores. Uma postura centrada na mediação dos processos de construção/reconstrução dos conhecimentos escolares por parte dos estudantes e também uma relação ativa, pessoal, coletiva e histórica com o conhecimento, fazendo com que a escola desenvolva seu papel humanizador, com base na socialização do conhecimento, estimulando a realização de pesquisas, a produção de conhecimentos e o trabalho em grupo - valores essenciais à conquista do exercício da cidadania.

Os princípios filosóficos deverão orientar todo o processo de ensino para a inserção do ser humano no mundo do trabalho e na compreensão do processo produtivo e do conhecimento científico, como atividade humana, histórica, coletiva e sempre por fazer ou inacabada, veiculando uma visão não-reducionista do conhecimento, negando a neutralidade da ciência e afirmando a responsabilidade de cada ser humano-cidadão em construir uma sociedade justa e igualitária. Desse modo, todo o desenvolvimento dos componentes curriculares deverá ser realizado de forma que os estudantes possam comunicar-se e argumentar, deparar-se com problemas, compreendê-los e enfrenta-los, participar de um convívio social que lhes dê oportunidade de se realizarem como cidadãos, fazerem escolhas e proposições, tomarem gosto pelo conhecimento, aprenderem a aprender.

A pesquisa como princípio pedagógico e a apropriação dos saberes como força produtiva são dois eixos norteadores do projeto de criar um curso que seja efetivamente integrado em suas dimensões científicas, pedagógicas, éticas e profissionais. Proposta está que segue de acordo com o que vem sendo postulado pelos documentos do MEC, dos Institutos Federais e da Unesco sobre educação integrada. A integração, neste Projeto Político Pedagógico, é entendida como integração completa das dimensões dos sujeitos e rompimento com a fragmentação dos saberes, tarefas ambiciosas que serão executadas em um compromisso com a continuidade e com o constante diagnóstico das dificuldades e tensões.

Em termos práticos, a metodologia abordada no curso deverá apresentar as diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos deverá apresentar grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil

do grupo/classe, as especificidades da disciplina. O trabalho do professor, dentre outras variáveis, poderá envolver: aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides/transparências, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Serão realizadas ainda aulas práticas em laboratório, desenvolvimento de projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, sócio dramas, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas e orientação individualizada.

Sobre a execução prática da integração e da pesquisa como processo pedagógico, além do projeto integrador, descrito na seção pertinente, será realizada uma atividade constante de avaliação e integração entre os docentes em suas atribuições. Essa atividade consistirá em reuniões pedagógico-integradoras semanais, a exemplo das já instituídas reuniões de área. Nessas reuniões serão apresentados os Planos de Aula individuais de cada docente para debate pela comunidade dos professores, além de atualizar sobre o andamento dos conteúdos ministrados. O objetivo desse processo, além de combater o caráter individualista das preparações didáticas, é manter constante o foco no objetivo geral de, concretamente, integrar os componentes curriculares e as avaliações. Esse objetivo será cumprido por meio da proposição pertinente de avaliações conjuntas, visitas técnicas transdisciplinares e outras ações que, eventualmente, auxiliem no rompimento das barreiras entre docentes e suas especialidades. No entanto, tudo isso será feito de maneira a respeitar, a todo momento, a autonomia educacional dos docentes, pois não se trata de impor alterações curriculares, mas de sugerir ações conjuntas de maneira oportuna.

Com relação à utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs) poderão ser realizadas gravação de áudio e vídeo, uso de sistemas multimídias, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, softwares, suportes eletrônicos. A cada semestre de curso, o professor planejará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula de acordo as especificidades do plano de ensino.

## 14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo de forma integrada o processo ensino aprendizagem, valorizando aspectos vinculados ao diálogo permanente com o estudante, entendendo que se trata de um acúmulo de discussões, debates, documentos escritos, entre outros que explicitam, de maneira generalizante, os princípios da formação onde quem ensina e quem aprende se constituem como atores de um processo integrador. Deve-se lembrar que os pressupostos contidos neste projeto de curso indicam a necessidade de tratar a educação no nível das individualidades e suas especificações rompendo como um modelo pasteurizado de transmissão de saberes. Desta forma, é que se materializa a denominada educação inclusiva, onde as necessidades educacionais especiais se destacam e podem ser tratadas como parte integrante do processo educacional.

Assim, os componentes curriculares do curso preveem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de instrumentos diversificados, tais como:

- Exercícios;
- Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- Fichas de observações;
- Relatórios;
- Autoavaliação;
- Provas escritas;
- Provas práticas;
- Provas orais;
- Seminários;
- Projetos interdisciplinares e outros.

Com a finalidade de tornar efetiva a perspectiva de integração transdisciplinar do currículo, ficará estabelecida, de acordo com as possibilidades, pelo menos uma avaliação conjunta. Adicionalmente, é fortemente recomendado que haja tantas avaliações transdisciplinares quanto for possível e que elas envolvam o maior número possível de componentes curriculares. Do ponto de vista prático, essas avaliações consistem em utilizar qualquer um dos instrumentos supracitados de modo a produzir notas para mais de um componente curricular. Por exemplo, pode ser proposto um seminário transdisciplinar que seja avaliado coletivamente pelos professores. A necessidade e a ocorrência de tais avaliações conjuntas devem estar previstas nos planos de aula elaborados pelos docentes. No entanto, desde que haja anuência dos discentes, novas avaliações conjuntas podem ser propostas no começo de cada bimestre. Supõe-se que a execução deste tipo de avaliação contribua na tarefa de romper com a fragmentação do conhecimento em disciplinas, levando à integração do conhecimento e ao entendimento crítico e totalizante dos saberes transmitidos.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano dos Componentes Curriculares. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes deverão registrar, no diário de classe, no mínimo, dois instrumentos de avaliação. Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano dos Componentes Curriculares. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Ao longo do processo avaliativo, poderá ocorrer, também, a recuperação paralela, com propostas de atividades complementares para revisão dos conteúdos e discussão de dúvidas. Devem-se proporcionar, em todos os componentes curriculares, "Atendimento Discente" e estudos de "Recuperação Paralela" indicados para alunos de rendimento insuficiente e realizados durante o período letivo por meio

de atividades escolares específicas, previstas nos Planos de Ensino e registradas nos apontamentos oficiais dos professores, para os componentes curriculares que previram.

A avaliação dos componentes curriculares deve ser concretizada numa dimensão somativa, expressa por uma Nota Final, de 0 (zero) a 10 (dez). Atividades complementárias como estágio bastará a indicação de seu cumprimento. A avaliação da aprendizagem será realizada através da Avaliação de Conhecimentos, Competências, Habilidades e da Avaliação de Desempenho, de acordo com orientações presentes na Organização Didática vigente. A L.D.B. 9.394/1996, por sua vez trata em seu artigo 24, a verificação do rendimento escolar e determina, como critério básico para a avaliação, o seu desenvolvimento de forma contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assim, os resultados obtidos ao longo do período sobressairiam àqueles obtidos em eventuais provas finais, incluindo, como condição para a aprovação do aluno, a frequência mínima de 75%.

O registro do rendimento escolar dos alunos compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do rendimento em todos os componentes curriculares. O professor deverá registrar, no Diário de Classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado, diariamente, a frequência dos alunos, as bases desenvolvidas, os instrumentos de avaliação utilizados e os resultados das respectivas avaliações. Será concedida segunda chamada para realização de prova ou trabalho, ou abono de faltas atendendo organização didática vigente. Ao final do processo, será registrada somente uma única nota e as faltas para cada componente curricular.

O Conselho de Classe Deliberativo analisará e emitirá parecer sobre a situação final na série (aprovado ou retido) dos alunos submetidos ao Conselho.

## 15. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

De acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, o Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que

visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional [...].

O estágio supervisionado tem a função de levar o aluno ao aprofundamento nas práticas e hábitos profissionais. Nessa atividade, o discente poderá estar em contato direto com atividades profissionais, desenvolver projetos, conhecer sistemas, identificar tecnologias apropriadas, integrar-se com produtos da área, encontrar soluções e serviços de qualidade em termos de desempenho, disponibilidade, confiabilidade e segurança, conforme os conhecimentos trabalhados nas disciplinas do curso.

O estágio supervisionado, por sua vez, será facultativo, porém, ocorrendo, deverá contar com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas. O estágio poderá ser realizado em qualquer momento do curso. O estágio poderá ser realizado em empresas privadas ou órgãos governamentais, desde que acompanhado e supervisionado por um profissional da área na empresa e pelo professor orientador da Instituição. A jornada diária do estagiário no ambiente profissional não deverá ultrapassar as 6 horas por dia. No IFSP a orientação ao estagiário deverá ser realizada por docente da área, nomeado por meio de portaria, em parceria com a Coordenadoria de Extensão do Câmpus. Na ausência deste docente, o coordenador do Curso deverá realizar as devidas orientações.

O docente orientador de estágios do curso ficará responsável por avaliar as atividades dos estagiários através de relatório elaborado pelo próprio aluno, em formato definido pela Coordenadoria de Extensão do Câmpus. Atentando-se para a relação das atividades desenvolvidas durante o curso com aquelas realizadas em ambiente profissional pelo estagiário. Em caso de não-conformidade com os objetivos do estágio, o orientador poderá solicitar a suspensão do termo de compromisso entre as partes envolvidas, através de relatório explicando devidamente os motivos da solicitação.

A Coordenadoria de Extensão do Câmpus ficará responsável pelo acompanhamento da entrega e pelo arquivamento dos documentos necessários para a formalização do estágio. Também atentará para os aspectos legais envolvidos nos termos de compromisso entre aluno, empresa e escola.

As atividades realizadas durante o estágio supervisionado deverão vir ao encontro das habilidades do aluno e conhecimentos das disciplinas ministradas durante o curso, estando o aluno sujeito a acompanhamento, realizado através de relatórios entregues e submetidos à aprovação do professor orientador dentro da Instituição

## 16. ATIVIDADES DE PESQUISA

De acordo com o Inciso VIII do Art. A da Lei No 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSP possui, dentre suas finalidades, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como princípios norteadores:

- Sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- O desenvolvimento de projetos de pesquisa que reúna, preferencialmente, professores e alunos de diferentes níveis de formação e em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social;
- O atendimento às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais;
- Comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

No IFSP, esta pesquisa aplicada é desenvolvida através de grupos de trabalho nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de uma ou mais linhas de investigação. A participação de discentes dos cursos de nível médio, através de Programas de Iniciação Científica, ocorre de duas formas: com bolsa ou voluntariamente.

Para os docentes, os projetos de pesquisa e inovação institucionais são regulamentados pela Resolução PRP Nº 19, de 03/05/2016; que instituiu os procedimentos de apresentação e aprovação destes projetos.

## 17. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, enseja a relação transformadora entre o IFSP e a sociedade. Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam a comunidades interna e externa.

As ações de extensão são uma via de mão dupla por meio da qual a sociedade é beneficiada através da aplicação dos conhecimentos dos docentes, discentes e técnicos-administrativos e a comunidade acadêmica se retroalimenta, adquirindo novos conhecimentos para a constante avaliação e revigoração do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar, portanto, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular. São exemplos de atividades de extensão: eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

A natureza das ações de extensão favorece o desenvolvimento de atividades que envolvam a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme exigência da Resolução CNE/CP nº 01/2004, além da Educação Ambiental, cuja obrigatoriedade está prevista na Lei 9.795/1999.

### Documentos Institucionais

- Portaria de nº 2.968, de 24/08/2015; Regulamenta a oferta de cursos, palestras e atividades de extensão no IFSP.
- Portaria nº 2.095, de 2 de agosto de 2011 – Regulamenta o processo de implantação, oferta e supervisão de visitas técnicas no IFSP.

## 18. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Os estudantes terão direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares já cursados com aprovação, no IFSP ou instituição congênere, desde que dentro do mesmo nível de ensino, observando os pressupostos legais, como a LDB (Lei nº 9394/96), o Parecer CNE/CEB 40/2004 e as Normas Institucionais, como a Organização Didática, além de outras que a equipe julgar importantes.

Esse aproveitamento poderá ser concedido pela Coordenadoria do Curso/Área, mediante a análise da Comissão Verificadora de Aproveitamento de Estudos designada pelo Coordenador de Curso/Área.

Para requerer aproveitamento de estudos dos componentes curriculares, o estudante deverá protocolar requerimento na Coordenadoria de Registros Escolares, endereçado ao Coordenador de Curso/Área, acompanhado dos seguintes documentos:

- Requerimento de aproveitamento de estudos;
- Histórico escolar;
- Matriz curricular e/ou desenho curricular;
- Programas, ementas e conteúdos programáticos, desenvolvidos na escola de origem ou no IFSP, exigindo-se documentos originais.

A verificação da compatibilidade dar-se-á após análise, que considerará a equivalência de no mínimo 80% (oitenta por cento) dos conteúdos e da carga horária do componente curricular. A Comissão Verificadora de Aproveitamento de Estudos informará o resultado à Coordenação de Curso/Área, que devolverá o processo para a Coordenadoria de Registros Escolares para divulgação.

## 19.APOIO AO DISCENTE

De acordo com a LDB (Lei 9394/96, Art. 47, parágrafo 1º), o Instituto Federal Câmpus São Paulo - Pirituba deve disponibilizar aos alunos as informações dos cursos: seus programas e componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Da mesma forma, é de responsabilidade do Câmpus a divulgação de todas as informações acadêmicas do estudante, a serem disponibilizadas na forma impressa ou virtual (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010).

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer ao estudante o acompanhamento e os instrumentos necessários para iniciar e prosseguir seus estudos. Dessa forma, serão desenvolvidas ações afirmativas de caracterização e constituição do perfil do corpo discente, estabelecimento de hábitos de estudo, de programas de apoio extraclasse e orientação psicopedagógica, de atividades propedêuticas (“nivelamento”) e propostas extracurriculares, estímulo à permanência e contenção da evasão, apoio à organização estudantil e promoção da interação e convivência harmônica nos espaços acadêmicos, dentre outras possibilidades.

A caracterização do perfil do corpo discente poderá ser utilizada como subsídio para construção de estratégias de atuação dos docentes que irão assumir as disciplinas, respeitando as especificidades do grupo, para possibilitar a proposição de metodologias mais adequadas à turma.

Para as ações propedêuticas, propõe-se atendimento em sistema de plantão de dúvidas, monitorado por docentes, em horários de complementação de carga horária previamente e amplamente divulgados aos discentes. Outra ação prevista é a atividade de estudantes de semestres posteriores na retomada dos conteúdos e realização de atividades complementares de revisão e reforço.

O apoio psicológico, social e pedagógico ocorre por meio do atendimento individual e coletivo, efetivado pela equipe do Coordenadoria Sociopedagógica: equipe multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, psicólogo e TAE,

Técnico em Assuntos Educacionais que atua também nos projetos de contenção de evasão, na Assistência Estudantil e NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), numa perspectiva dinâmica e integradora.

As estratégias de apoio ao discente são amplas e envolvem necessariamente todos os setores da instituição para que efetivamente o aluno possa ser atendido integralmente.

O Coordenadoria Sociopedagógica assessora o planejamento e execução dessas ações, buscando realizar o acompanhamento permanente ao aluno por meio de programas e projetos, objetivando garantir o acesso e permanência do aluno ao ensino público, gratuito e de qualidade, colaborando na superação de fatores de risco e vulnerabilidade social que podem comprometer a aprendizagem e as possibilidades de trabalho e vida futura.

Realiza-se também o levantamento de informações junto aos alunos que se desligam da instituição, para identificar os motivos dos cancelamentos e trancamentos de matrícula e desistências do curso. Um dos instrumentos de coleta de dados é a entrevista feita presencialmente ou por telefone. As informações coletadas servem de subsídio para análises estatísticas e proposição de novas estratégias de combate à evasão.

Aqueles alunos que não renovam a matrícula são submetidos ao processo de Avaliação de Desistência. Esta ação é realizada pela Coordenadoria de Registros Escolares que encaminha à Coordenadoria Sociopedagógica a lista de alunos para que seja realizado contato e a verificação do interesse em retomar o curso, tendo em vista a reinserção desse aluno. Também se busca constantemente auxiliar os alunos na superação de dificuldades relacionadas ao ambiente escolar, tanto no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem quanto aos relacionamentos interpessoal e familiar. E, quando necessário, é realizado o acompanhamento e/ou o encaminhamento à rede de serviços públicos (saúde e assistência social).

No tangente as dificuldades de ensino-aprendizagem, conta-se com os horários de atendimento aos alunos disponibilizados pelos docentes em sua carga horária semanal, além do Programa de Bolsa Ensino que visa o apoio às atividades acadêmicas extraclasse, contribuindo para a formação e aprimoramento acadêmico e profissional do estudante. Assim, tanto docentes como alunos bolsistas de projetos de

ensino, sob supervisão de docentes, apoiam os discentes na superação de déficits e dúvidas que surgem durante o curso, por meio de atividades desenvolvidas em todos os períodos e em espaço e tempos alternativos à organização formal do curso.

Bimestralmente é realizado o Conselho Pedagógico e de Classe com a participação de todos os agentes envolvidos no processo educativo, pretendendo analisar o rendimento do aluno e pensar ações para melhoria de seu desempenho.

Por meio do NAPNE – Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – desenvolvem-se atividades que tem por finalidade a inclusão, integração e manutenção dos estudantes com necessidades específicas objetivando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais dentro e fora da instituição e colabora na formação técnica e humana do aluno, promovendo sua inserção social, sua autonomia no exercício de direitos e na sua construção como cidadão.

As ações de apoio à permanência do aluno também são promovidas pela Assistência Estudantil, que tem como objetivo minimizar os fatores de risco e vulnerabilidade social que possam comprometer o processo educativo, com vistas a conter a evasão escolar. Nesse sentido, são ofertadas as seguintes modalidades de auxílio financeiro: alimentação, apoio aos estudantes pais, apoio didático pedagógico, moradia, saúde e transporte.

Os programas e projetos, bem como todas as estratégias utilizadas para minimizar a evasão, ampliar o bem-estar e proporcionar a conclusão do curso pelos alunos são amplamente divulgadas em murais, no sítio institucional, com auxílio dos docentes e em visitas informativas em salas de aula. A divulgação dos componentes curriculares, a duração do curso, requisitos e critérios de avaliação é realizada nos inícios de semestre em sala de aula e por meio da distribuição do Manual do Aluno, e, também, permanece acessível ininterruptamente no sítio institucional.

O Regime de Exercícios Domiciliares (RED) é atividade acadêmica executada em domicílio pelo aluno em compensação às ausências às aulas. Trata-se de um benefício concedido ao estudante que, por motivo previsto na organização didática vigente, ficar temporariamente impossibilitado de frequentar as aulas por período superior a 15 dias. A Coordenadoria Sociopedagógica faz o acompanhamento dos estudos do aluno durante o período de afastamento. O acompanhamento consiste em

solicitar, receber e encaminhar os materiais de estudo preparados pelos docentes que ministram aula ao estudante. Ao realizar as atividades em domicílio, o aluno estará estudando os mesmos conteúdos trabalhados em sala durante sua ausência. Além de coordenar o fluxo das atividades, o setor faz a mediação entre o aluno e o docente, garantindo a qualidade do programa especial de estudos e continuidade do processo educacional do estudante beneficiado.

Os critérios adotados para o Regime de Exercícios Domiciliares (RED), descritos neste documento, estão em consonância com o disposto na Organização Didática vigente dos cursos ofertados pelo IFSP.

### 19.1. CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe cumprirá o art. 14 da lei 9394/96, bem como a normatização interna vigente, e também deverá auxiliar no que for possível os encaminhamentos dados aos problemas dos alunos. O envolvimento da sociedade é fundamental neste processo. A Instituição deverá trabalhar com estratégia de motivação e desenvolvimento de atividades para os alunos. Deverá ser atuante no processo de solução dos problemas encontrados pela Instituição, curso e seus alunos.

Para organização do Conselho de Classe, será observado o disposto na Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013 – Organização Didática do IFSP, em seu Capítulo X - “Do Conselho de Classe para a Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio”, artigos 39, 40, 41 e 42.

Os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação obrigatória:

- I. dos docentes da respectiva turma;
- II. do Coordenador de Curso/Área;
- III. do Pedagogo do Serviço da Coordenadoria Sociopedagógica.

O Conselho de Classe consultivo, denominado Conselho de Classe Pedagógico, deverá ter, em sua composição, ao menos um representante de turma e um representante de pais ou responsáveis, exceto na modalidade EJA.

O Conselho de Classe será presidido pelo Coordenador do Curso ou, na sua ausência, pelo Pedagogo do Serviço de Coordenação Sociopedagógica. Acontecerá de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pelo Serviço de Coordenação Sociopedagógica, preferencialmente com periodicidade bimestral e dividido em três partes: Na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, o Serviço de Coordenação Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; e na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Os Conselhos de Classe Deliberativos serão realizados ao final do período letivo e serão divididos em três partes: Na primeira, o Representante do Serviço de Coordenação Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; Na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; e Na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, o Serviço de Coordenação Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenação de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

A Coordenação de Registros Escolares, em posse dos resultados APROVADO ou RETIDO na série, deverá divulgá-los e adicionar uma cópia no prontuário de cada estudante.

## 19.2. ABONO DE FALTAS E REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES

Nos casos de abono de faltas e regime de exercícios domiciliares, deverá ser considerado o Capítulo XI - “Do abono de faltas e Do Regime de exercícios

domiciliares”, Seção I - “Do abono de faltas” no artigo 43 e Seção II - “Do regime de exercícios domiciliares” nos artigos 44, 45, 46, 47 e 48:

O abono de faltas somente ocorrerá nos casos abaixo descritos, mediante apresentação de:

- I. Declaração de corporação militar, comprovando o motivo da ausência;
- II. Comprovante de participação do estudante em reuniões da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em horário coincidente com as atividades acadêmicas, de acordo com a Lei nº 10.861/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- III. Declaração do Diretor-Geral do CÂMPUS, comprovando que o estudante esteve representando o IFSP;
- IV. Atestado médico para os casos previstos em lei (licença gestante e doenças infectocontagiosas);
- V. Certidão de óbito de parentes de 1º (primeiro) grau ou cônjuge;
- VI. Solicitação judicial.

A solicitação de abono de faltas deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Registros Escolares, com o documento comprobatório até dois dias úteis após o evento.

Para afastamentos superiores a 15 (quinze) dias, o aluno terá direito a solicitar o Regime de Exercícios Domiciliares, conforme Portaria Nº 778, de 20 de fevereiro de 2013. O Regime de Exercícios Domiciliares é a atividade acadêmica executada em domicílio, pelo estudante. É permitido ao estudante amparado pelo Decreto-Lei nº. 1.044, de 21 de outubro de 1969 e à aluna gestante, nos termos da Lei nº. 6.202 de 17/04/75, substituir as aulas por exercícios domiciliares, desde que compatíveis com o estado de saúde do estudante atestado por médico. Aprovada pela Resolução n.º 859, de 7 de maio de 2013.

Se impossibilitado de frequentar às aulas por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias, o estudante poderá requerer Regime de Exercícios Domiciliares na

forma da lei: a. Aluna em estado de gravidez a partir do oitavo mês de gestação; e b. Estudante acometido de doenças infectocontagiosas ou outros estados que impossibilitem sua frequência às atividades de ensino por um período igual ou superior a 15 (quinze) dias, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade acadêmica.

O Regime de Exercícios Domiciliares somente se aplica ao estudante regularmente matriculado no período letivo em curso. São condições necessárias para que o estudante seja submetido ao Regime de Exercícios Domiciliares:

I. Requerimento protocolado dirigido ao Diretor-Geral do CÂMPUS, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do início da data do afastamento;

II. Laudo do médico responsável no qual conste a assinatura e o número de seu CRM, o período do afastamento, a especificação acerca da natureza do impedimento com indicação do Código Internacional de Doença (CID), além da informação específica quanto às condições intelectuais e emocionais necessárias ao prosseguimento das atividades de estudo fora do recinto do IFSP.

O Regime de Exercícios Domiciliares não se aplica às seguintes atividades de ensino: I. Estágio supervisionado; II. Práticas educativo-pedagógicas; III. Aulas práticas; e IV. Atividades complementares.

## 20. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Conforme determinado pela Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as instituições de ensino incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas, objetivando promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, no seio da

sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção da nação democrática.

Visando atender a essas diretrizes, além das atividades desenvolvidas no Câmpus envolvendo essa temática, alguns componentes curriculares, como **Comunicação Empresarial** e na disciplina de **Ética Empresarial e Responsabilidade Socioambiental** abordarão conteúdos específicos enfocando esses assuntos, isoladamente ou com articulação do Projeto Integrador, promovendo, dentre outras, a compreensão da diversidade cultural por meio do estudo de temas relacionados a políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas, educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana e suas determinações, consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

## 21. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Considerando a Lei nº 9.795/1999, que indica que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, determina-se que a educação ambiental seja desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente também na educação profissional.

Com isso, prevê-se, nesse curso, a integração da educação ambiental aos componentes do curso de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto Nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, desenvolvendo-se esse assunto nas disciplinas como **Ética Empresarial e Responsabilidade Socioambiental**, isoladamente ou com articulação através do Projeto Integrador, além de palestras, apresentações, programas, ações coletivas, atividades de extensão, dentre outras possibilidades.

## 22. PROJETO INTEGRADOR

De acordo com a Organização Didática, Resolução nº 859, de 07 de maio de 2013, os currículos oferecidos no IFSP deverão prever o Projeto Integrador que “compreende os espaços de ensino e aprendizagem que articulem a interdisciplinaridade do currículo com as ações de pesquisa e extensão de forma a permitir a construção do conhecimento, culminando em uma produção acadêmica e técnico-científica”. O princípio de que a Educação Profissional tem como referência o mundo do trabalho subsidiará docentes e alunos para a elaboração de projetos que permitam compreender o trabalho como princípio educativo e não redução a mão de obra.

O projeto integrador é o processo pelo qual o aluno integra os conhecimentos trabalhados durante o seu percurso formativo de forma que se possa, ao final, demonstrar o resultado da experiência ensino-aprendizagem e o domínio de competências para o exercício de sua profissão.

Neste contexto, o projeto integrador será desenvolvido a partir da proposição de um tema gerador. O tema gerador deverá estar relacionado com o mundo do trabalho e das demandas sociais da comunidade. No desenvolvimento do trabalho, a partir do tema gerador, são elencados subtemas, sendo estes os orientadores dos projetos desenvolvidos pelos grupos de estudantes junto aos professores. Nesse sentido, os temas escolhidos para o semestre letivo privilegiarão conteúdos transversais cujo escopo possa englobar o maior número de disciplinas possíveis. A função dos projetos subtemáticos, é favorecer a elaboração de estratégias que permitam a aquisição e o tratamento da informação; a apropriação produtiva do conhecimento integrado; bem como a consolidação das relações existentes entre os diferentes conteúdos específicos nas distintas disciplinas.

Ademais, a proposição dos projetos subtemáticos, visa favorecer a observação, por parte dos estudantes, da realidade social concreta. Incluindo atividades como a visita técnica, o estudo do meio, a visita guiada a exposições artísticas, ou ainda pela análise indireta da realidade social por meio de documentos técnicos, artísticos ou científicos. Os discentes, orientados pelos professores, poderão observar atenta e criticamente aquela parcela da realidade social pertinente ao projeto integrador, produzindo registros mediados pelas questões trabalhadas anteriormente, com o auxílio dos professores orientadores. A observação orientada e a produção dos

registros permitirão aos estudantes identificar a complexidade da realidade social e problematizar a compartimentação disciplinar do conhecimento. A partir daí as discussões, conduzidas pelos professores orientadores, devem contribuir para a delimitação de uma problemática pertinente ao eixo integrador que norteará as demais etapas do projeto.

Concluída a problematização, os estudantes serão levados a refletir primeiramente sobre as possíveis causas da existência do problema em questão. Neste momento, auxiliados pelas discussões conduzidas pelos professores mediadores, os estudantes devem perceber que problemáticas relacionadas à questões práticas da vida cotidiana (educação, saúde pública, relações sociais, sustentabilidade social e ambiental, etc.) são questões complexas e normalmente multideterminadas. A finalidade é identificar e delimitar algumas das variáveis que interferem ou determinam a problemática definida. A partir dessa delimitação será desenvolvido um estudo mais criterioso que busque solucionar aquele problema. Tópicos a serem estudados podem ser elencados, assim como novas perguntas podem surgir.

Listados os tópicos de estudo, parte-se para a etapa da elaboração. Os estudantes deverão se organizar e buscar as informações que necessitam para responder ao problema. Espera-se que estes obtenham-nas a partir de diferentes fontes: na biblioteca serão orientados a realizar pesquisas bibliográficas; a consultar especialistas sobre o assunto e à contínua observação do fenômeno. Isso consiste na forma prática de realizar a pesquisa como fundamento pedagógico, tendo em vista que não consiste somente de pesquisa científica, científica ou técnica – cada uma dessas temáticas é tratada em um componente curricular distinto.

As informações adquiridas devem ser tratadas, analisadas e avaliadas quanto a sua pertinência para responder ao problema. Neste momento os estudantes irão propor modos de resolução da problemática e de construção do objeto da disciplina. Os modos de resolução e o objeto serão trabalhados durante e após o estudo teórico, destacando-se como um produto derivado da compreensão da problemática. Ao final dessa etapa, parte-se para um exercício (que a princípio é intelectual, mas que apresenta potencial de execução prática) acerca da aplicação destas soluções à realidade social.

### **O papel dos docentes envolvidos no projeto integrador**

O ensino integrado implica em um conjunto de categorias e práticas educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito. Tendo este princípio como base, a função dos professores no projeto integrador é, essencialmente, promover relações dialógicas de ensino e aprendizagem; estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os saberes e reconstituir as relações que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, de modo que o objeto a ser conhecido seja gradativamente revelado em suas peculiaridades.

O papel dos docentes destes componentes curriculares é mais relacionado com a atividade de coordenação e acompanhamento dos grupos e seus projetos do que o de efetivamente ministrar conteúdos, o que não impede a existência de eventuais aulas dialogadas sobre a inter-relação entre as demais disciplinas do mesmo semestre letivo. Além disso, esses docentes serão responsáveis por criar uma mediação entre os professores das disciplinas e os orientadores dos grupos, de modo a fazer da integração um esforço constante e a criar espaços facilitadores de ações efetivamente transdisciplinares. Assim sendo, este componente curricular irá contar com docentes coordenadores e orientadores individuais dos grupos.

Os coordenadores irão conduzir discussões baseadas no tema gerador visando promover a vivência em um processo de construção do conhecimento. A partir daí o grupo irá refletir sobre um problema pertinente ao eixo integrador e vivenciar a busca de métodos, análises, apreciações e interpretações do objeto estudado.

Os coordenadores dos projetos deverão exercer sua atividade de modo que os saberes sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender. E assim promover a autonomia intelectual, capaz de resolver problemas práticos gerados pelas novas tecnologias, ciências e nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos.

Portanto, partindo-se sempre da realidade social, e do contexto cultural do estudante, o professor permeará o exercício da dialética entre ação/reflexão ou

teoria/prática para favorecer uma experiência significativa e transdisciplinar com base em ações continuamente interligadas. O estudante será estimulado a apreciar/estudar diversos objetos de análises, inseri-los no seu contexto histórico e social e a desenvolver uma produção em um eixo norteador determinado.

Os orientadores dos grupos serão escolhidos mediante interesse e conhecimento no subtema elencado para cada semestre do ano letivo e/ou nas linguagens e medias que serão utilizadas para concluir o produto final da disciplina. O papel dos orientadores é disponibilizar para os discentes o acesso aos materiais e conhecimentos necessários e facilitar o acesso ao “saber-fazer” que cada produto específico criado pelos grupos demande. As avaliações serão, sempre que possível, feitas em conjunto com professores responsáveis pelas demais disciplinas no curso.

Os coordenadores deverão, na elaboração do plano de aulas, estipular os períodos para cada uma das visitas, técnicas, científicas ou artísticas. Deverão também discutir com os professores de cada disciplina as maneiras possíveis de tornar as visitas profícuas em termos de aprendizado prático e entendimento de como o conhecimento daquela disciplina é apropriado produtivamente no espaço visitado.

No Curso Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, o Projeto Integrador ocorrerá no último semestre do curso e será estruturado conforme a ementa já especificada na parte de formação profissional.

## 23. AÇÕES INCLUSIVAS

Considerando o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências e o disposto nos artigos, 58 a 60, capítulo V, da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, “Da Educação Especial”, será assegurado ao educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendimento educacional especializado para garantir igualdade de oportunidades educacionais bem como prosseguimento aos estudos.

Nesse sentido, o Câmpus São Paulo - Pirituba, buscará atender as necessidades educacionais específicas do educando através de:

- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam suas necessidades específicas de ensino e aprendizagem;
- Com base no Parecer CNE/CEB 2/2013 “Consultas sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Espírito Santo- IFES”, possibilidade de aplicação de terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino técnico integrado ao Ensino médio, em virtude de suas deficiências;
- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual e psicomotora;
- Acesso Iguatário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFSP- Câmpus São Paulo - Pirituba tem como objetivo apoio e orientação às ações inclusivas de maneira contribuir para que o Câmpus receba alunos com diferentes necessidades, apoiando a promoção da acessibilidade em todas as dimensões, que assim seja exigido. Nesse sentido, o NAPNE possui as seguintes finalidades:

- I. Programar e difundir as diretrizes de Inclusão do IFSP;
- II. Integrar os diversos segmentos que compõe a comunidade escolar para desenvolver o sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na instituição;
- III. Contribuir para que uma prática democrática e de inclusão se efetive no Câmpus;

IV. Propiciar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas que atendam, com qualidade, os estudantes com necessidades especiais e todos que compõem o conjunto plural e diverso de estudantes;

V. Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação especial;

VI. Desenvolver estratégias de parceria entre diversas instituições especializadas governamentais e/ou sociedade civil organizada, de modo que possam assessorar e formar os servidores do IFSP;

VII. Acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar;

IX. Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, atendimento clínico, a rede de assistência e a família.

## 24. CERTIFICADOS E DIPLOMAÇÃO

Ao aluno concluinte do curso será conferido e expedido o diploma de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, satisfeitas as exigências relativas: (1) ao cumprimento do currículo previsto para a habilitação; e (2) à apresentação do certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

Ao término e integralização do primeiro módulo, o aluno fará jus ao Certificado de Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Ao término e integralização dos dois primeiros módulos, o aluno fará jus ao Certificado de Qualificação Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO. O certificado e o diploma terão validade nacional.

## 25. PESSOAS E RECURSOS

Nesta parte relacionam-se os recursos físicos, humanos, tecnológicos e de infraestrutura que poderão ser utilizados na consecução do curso.

## 25.1 COORDENADOR DE CURSO

As Coordenadorias de Cursos e Áreas são responsáveis por executar atividades relacionadas com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, nas respectivas áreas e cursos. Algumas de suas atribuições constam da “Organização Didática” do IFSP.

Para o Técnico em Administração, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, a coordenação do curso será realizada por docente a ser nomeado entre os pares. As atividades da Função de Coordenador de Curso (FCC) estão descritas na resolução 26/2016 do IFSP que aprova o regimento dos campi do instituto.

## 25.2 SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS

O corpo atual inclui os servidores:

Nome do Servidor	Formação	Cargo/Função
ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA SOUZA	ENSINO MÉDIO	ASSISTENTE DE ALUNOS
AGNALDO DOS PASSOS SILVA	ENSINO MÉDIO	TRAD. E INTÉRPRETE DE LIBRAS
JAIR GARCIA DOS SANTOS	ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
JOSÉ DOS SANTOS FILHO	TECNÓLOGO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO
LEANDRO SENNA DAS CHAGAS	ENSINO MÉDIO	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO
MIRTES MARIA GALANTE DOS	ENSINO MÉDIO	ASSISTENTE EM

SANTOS		ADMINISTRAÇÃO
NUEMIS FRANCISCO	ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA	CONTADOR
ROBERTO DA ANUNCIAÇÃO	ESPECIALISTA - LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
ROSANA RAMOS COTRIM	ESPECIALISTA EM GESTÃO EMPRESARIAL	ADMINISTRADOR
VALÉRIA CURAC	ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
VALÉRIA DOS ANJOS LÁZARO	ENSINO MÉDIO	TÉCNICO EM CONTABILIDADE

A perspectiva é de que se consolide o corpo administrativo mediante remoção interna, redistribuição e/ou concurso público, contemplando os cargos em aberto.

### 25.3 CORPO DOCENTE

O Corpo docente será composto de servidores concursados, com titulação de especialistas, mestres e doutores, em regime de dedicação exclusiva. Eventuais necessidades serão providas com professores substitutos, com titulação e regime de dedicação compatível. O corpo docente atual conta com os seguintes servidores:

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME	ÁREAS DE CONHECIMENTO
ALEX SANDRO RODRIGUES ANCIOTO	ESPECIALISTA	RDE	- INFORMÁTICA
ANA CAROLINA VILA RAMOS DOS SANTOS	DOUTOR	RDE	SOCIOLOGIA/FILOSOFIA
ANA PAULA BULGARELLI	GRADUAÇÃO	RDE	FILOSOFIA

ANA PAULA FABRO DE OLIVEIRA	MESTRE	RDE	ESPAÑHOL/PORTUGUES
ANA PAULA RODRIGUES MAGALHÃES DE BARROS	MESTRE	RDE	MATEMÁTICA
ANA PAULA SANTOS DA CONCEIÇÃO	PÓS-DOCTORA	RDE	QUÍMICA
ANDRÉ LUIZ FAVARETO	ESPECIALISTA	RDE	INFORMÁTICA
ARIANE MACEDO MELO	MESTRE	RDE	INGLES/PORTUGUES
BEETHOVEN ADRIANO DE SOUZA	MESTRE	RDE	MATEMÁTICA
BRUNO SECCO FAQUIN	MESTRE	RDE	EDUCAÇÃO FÍSICA
CLAUDIA ALMERINDO DE SOUZA OLIVEIRA	MESTRE	RDE	GESTÃO/ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
CYNTHIA REGINA FISCHER	DOCTORA	RDE	INGLES
DANILO AMORIM DE SOUZA	MESTRE	RDE	GEOGRAFIA
FELIPE ALEXANDRE CARDOSO PAZINATTO	MESTRE	RDE	INFORMÁTICA
FELIPE RODRIGUES MARTINEZ BASILE	DOCTOR	RDE	INFORMÁTICA
FERNANDO LUIS ROSSI	MESTRE	RDE	GESTÃO/ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
FRANCISCO MANOEL FILHO	DOCTOR	RDE	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
HÂNIA CECILIA PILAN	DOCTOR	RDE	ARTE
IVAN MILETOVIC MOZOL	MESTRE	RDE	BIOLOGIA
JULIANA DE SOUZA TOPAN	MESTRE	RDE	LINGUA PORTUGUESA
JUNOT DE OLIVEIRA MAIA	MESTRE	RDE	LINGUA PORTUGUESA
LUCIANO HENRIQUE TRINDADE	MESTRE	RDE	GESTÃO/ADMINISTRAÇÃO
PATRÍCIA CRISTIANE SANTANA DA	MESTRE	RDE	GESTÃO/ ENGENHARIA DE

SILVA			PRODUÇÃO
PRISCILA HANAKO ISHY DE MAGALHÃES	MESTRE	RDE	INGLES/PORTUGUES
REINALDO DA SILVA CARAÇA	MESTRE	RDE	FÍSICA
RENATO MARCON PUGLIESE	DOUTOR	RDE	FÍSICA
RITA ROBERTA MARIOTO	MESTRE	RDE	LINGUA PORTUGUESA
ROBSON BARBOSA	DOUTOR	RDE	GESTÃO/ADMINISTRAÇÃO
RODOLFO BUTCHER	MESTRE	RDE	GESTÃO/ADMINISTRAÇÃO
ROGÉRIO APARECIDO CAMPANARI XAVIER	MESTRE	RDE	INFORMÁTICA
TERESA HELENA BUSCATO MARTINS	DOUTORA	RDE	INGLES/PORTUGUES
THIAGO PEDRO DONADON HOMEM	MESTRE	RDE	ENGENHARIA ELÉTRICA
VAGNER LUÍS DA SILVA	DOUTOR	RDE	HISTÓRIA

## 25.4 BIBLIOTECA

A biblioteca do Câmpus está em implantação. A estrutura física esperada contemplará 4 computadores com acesso à internet para uso dos alunos e comunidade acadêmica e 2 computadores para atendimento geral e empréstimo. O mobiliário contará com 4 mesas, totalizando 20 lugares. O acervo é aberto e de acesso irrestrito, mas apenas alunos com vínculo acadêmico e servidores podem retirar materiais. O atendimento é aberto à comunidade externa e conta com acesso a serviços especializados como auxílio na formatação de trabalhos acadêmicos e acesso a normas da ABNT. A equipe técnica contará com 01 Bibliotecário-documentalista e receberá 01 auxiliar de biblioteca. O acervo contará com os volumes contemplados nos planos de ensino das diferentes disciplinas.

Considerando que a biblioteca do Câmpus São Paulo - Pirituba está em implantação e contará com uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo, considerando a proposta pedagógica do curso, seguindo os padrões de organização recomendados por Pimentel (2007). A previsão é que a biblioteca atenda



Almoxarifado	1	27,16	0	0	0	0	0	
Almoxarifado da oficina	0							
Ambulatório	1	11,34	0	0	0	0	0	
Anfiteatro	0							
Área de lazer	1	229,30	0	0	0	0	0	
Área experimental	0							
Auditório	1	116,20	0	0	0	0	0	
Biblioteca	1	116,20	0	0	0	0	0	
Banheiro	11	120,00	0	0	0	0	0	
Banheiro acessível	6	25,00	0	0	0	0	0	
Cantina	1	28,84	0	0	0	0	0	
Coord. info e pesquisa	1	12,50	0	0	0	0	0	
Copa/cozinha	2	41,00	0	0	0	0	0	
Depósito de materiais	1	11,76	0	0	0	0	0	
Estacionamento	1	8.000,00	0	0	0	0	0	
Ginásio poliesportivo coberto	1	1.800,00	0	0	0	0	0	
Instalação administrativa	1	548,00	0	0	0	0	0	
Laboratório de artes	0							
Laboratório de bicombustível	0							
Laboratório de construção civil	0							
Laboratório de edificações	0							
Laboratório de	-							
Laboratório de informática	4	142,00	142,00					
Laboratório de Informática,								
Laboratório de	0							
Laboratório petróleo e gás	0							
Laboratório de processamento	0							
Laboratório de processamento								
Laboratório de projetos	0							
Laboratório de química	0							
Laboratório de usinagem	0							
Laboratório de viticultura e	0							
Pátio	1	704,06						
Piscina	-							
Prática de canteiro	-							
Prática de construção civil	-							
Refeitório	-							
Quadra de esportes	1	1783,94						

Sala de atendimento aos alunos	1	17,68						
Sala de aula	12	57,40						
Sala de coordenação	1	24,88						
Sala de desenho	0							
Sala de docentes	1	134,38						
Sala de manutenção	1	12,40						
Sala de pesquisa	0							
Sala do centro acadêmico	0							
Sala do grêmio estudantil	1	8,68						
Telecentro	0							
Unidade educativa de produção	0							
Vestiário	2	18,60						
<b>Observação</b>	O Câmpus ainda está sendo equipado.							

## 25.6 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Item		Situação atual – 2016 (qtde.)	Situação prevista (acrécimo em quantidade por ano)					Total previsto para 2021 (qtde.)
Equipamento	Especificação		2017	2018	2019	2020	2021	
Computador	MICROCOMPUT COMPOSTO POR PROCESSADOR I5 3.0GHZ, MEMÓRIA 6GB, HD 1000GB, LEITOR DE CARTÕES DE MEMÓRIA, CONTROLADORA DE REDE ETHERNET E WIRELESS, GABINETE SLIM. DIMENSÃO: DVD-RW	20	21	21	21	0	0	83
Impressora	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA LEXMARK MS911d	1	1	0	0	0	0	2
Lousa eletrônica	77 polegadas com cabo usb de 3 metros, duas caneta e resolução 3267x3267	0	2	1	1	0	0	4
Notebook	Processador Core i7, memória 16Gb DDR3, HD de 1000B, tela led de 17 polegadas com resolução máxima de 1366X768. Interface BlueTooth 2.1, bateria de 6 células Lithium	0	2	2	0	0	0	4

Patch panel	Certificação Anatel, exceder as característica para CAT6 / Classe E, corpo fabricado em termoplástico de alto impacto, 24 posições RJ45, instalação direta em racks de 19 polegadas, terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG.	0	2	2	2	2	4	12
Projektor multimídia	Projektor multimídia Brilho em cores de 2700 lumens, resolução WXGA 1280x800	1	1	1	1	0	0	4
Rack	Padrão de 19 polegadas de 5u, 7u e 42u.	0	2	1	1	1	1	6
Roteador	Roteador IEEE802.11n, IEEE802.11g, IEEE802.3 e IEEE802.3u, 4 portas LAN Gigabit, 1 Wan Gigabit, antena externa, porta USB SharePort, WPA e WPA2, garantia de 3 anos	0	1	3	3	2	0	9
Scanner	Hewlett-Packard do Brasil G4050	0	1	1	0	0	0	2
Servidor	HP ProLiant DL380 G7	0	2	1	1	0	0	4
Switch	SWITCH 24 PORTAS DE 10/100/1000 MBPS, GERENCIÁVEL	2	2	2	2	2	2	12
Televisor	TV 42" WIDESCREEN	0	1	1	0	0	0	2
<b>Observação</b>	O Câmpus ainda está sendo equipado.							

## 26.ACESSIBILIDADE

O Câmpus Pirituba busca atender a norma NBR 9050, e Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT (Lei de acessibilidade - Decreto lei 5296) em toda a sua estrutura física.

Com relação às questões de acessibilidade, procuraremos atender as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, a vigorar a partir de 2009 e do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O prédio está localizado na Av. Mutinga, 951 – Pirituba-SP - Brasil - CEP 05110-000. O terreno possui vários níveis (altura), e o acesso a partir da avenida ao estacionamento externo é desnivelado, mas com rampa de acesso. Há acesso para pedestres, elevado. A partir do estacionamento externo, o acesso à entrada do prédio é plano, sendo que em sua entrada ainda no estacionamento externo, existe uma guarita com amplo portão e guias rebaixadas, calçadas feitas de concreto, e o piso do estacionamento interno feito de bloquetes que causam pequena trepidação para pessoas com mobilidade reduzida.

A partir da guarita, o acesso ao bloco de ensino, se dá por meio de calçadas planas.

Os blocos são construídos em um único andar térreo, onde estão localizados os laboratórios de Informática, banheiros, cozinha, copa, Assistente de Alunos, CAE – Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Pátio e Coordenadoria Sócio Pedagógica. Um dos prédios concentra todos os setores administrativos. O acesso aos pavimentos se dá através de corredores e da área central de convivência, com portas amplas e ajustadas para acessibilidade.

As áreas comuns, salas de aulas, corredores e portas de acesso a laboratórios e salas são amplas. Há banheiros acessíveis. Os laboratórios de Informática são adequados, com portas amplas.

O Câmpus está trabalhando para se adequar a outras necessidades especiais, tais como visual, auditiva. Isso significa que projetos já estão sendo elaborados visando à acessibilidade de qualquer pessoa, segundo parâmetros estabelecidos na NBR 9050 e nos Decretos nº 5.296/2004 e nº 7.611/2011 e Leis nº10.098 e nº10.048. Não é possível indicar os prazos para a realização e/ou término das obras citadas, dada a questões externas que envolvem elaboração de projetos, licitações e obras para atender os apontamentos realizados.

## 27. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação –Referências-Elaboração.

BRASIL, Ministério da Educação. (2007). Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. (2003), Secretaria de Educação a Distância. NEVES, Carmen Moreira de Castro. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>. Acessado em: 10 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº5.154, de 23 de julho de 2004**, que regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004**, que regulamenta as Leis nº10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº5.840 de 2006**, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº7.589, de 26 de outubro de 2011, que institui a Rede E-Tec Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº7.611, de 17 de novembro de 2011**, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 57.121, de 11 de julho de 2011**, que institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico –REDE, na Secretaria de Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº11.892, de 29 de dezembro de 2008**, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº12.711, de 29 de agosto de 2012**, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. Vol. 1, 2 e 3.

MATIAS, Carlos Roberto. **Reforma da educação profissional: implicações da unidade – Sertãozinho do CEFET-SP**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, São Paulo, 2004.

PINTO, Gersony Tonini. **Oitenta e dois anos depois: relendo o relatório Ludiretz no CEFET São Paulo**. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

**RESOLUÇÃO N.º 135/2016, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016**

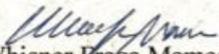
*Aprova ad referendum a  
implantação do Curso Técnico em  
Administração nas formas  
concomitante ou subsequente ao  
Ensino Médio do Campus Pirituba*

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regulamentares, com base na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,

RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar *ad referendum* a implantação do Curso Técnico em Administração nas formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio do Campus Pirituba, conforme estrutura curricular anexa.

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

  
Whisner Fraga Mamede  
Reitor em Exercício